

**UNIVERSIDADE
FEDERAL
FLUMINENSE**

ANAIS DA SEMANA DE ECONOMIA

**Desafios Macroeconômicos e
Geopolíticos**

**GRDUAÇÃO EM CIÊNCIAS ECONÔMICAS
(CAMPOS)**

Mais detalhes em www.seeeco.com.br

**DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS DE
CAMPOS**

VOLUME 5, NÚMERO 1, 2025

ISSN 2965-0348

**S
E
M
A
N
A
D
E
E
C
O**



Anais da XIII Semana de Economia

Graduação em Ciências Econômicas (Campos)

Departamento de Ciências Econômicas de Campos

Instituto de Ciências da Sociedade e Desenvolvimento Regional

Universidade Federal Fluminense

R. Santiago Carvalhido Filho, 85 - Centro, Campos dos Goytacazes - RJ, 28035-160

<https://periodicos.uff.br/seeco/index>

Organização da XIII Semana de Economia do Curso de Ciências Econômicas de Campos

Discentes

Alana Ketelen siqueira souza	Henrique Fraga Carvalho
Anna Thereza dos Santos Siqueira	Isaac Cabral Nascimento
Blendha Siqueira da Silva	Lais Garcia Cabral
Bryan da Cunha Ferraz	Laura de Almeida Manhães
Diogo Bernardo Oliveira dos Santos	Lívy Maciel Paes
Elloanna Ferreira Gomes	Maria Paula Barreto Macabú
Elloanna Ferreira Gomes	Mariana Coelho dos Santos Hissa Neto
Felipe Da Silva Adão	Marlon Gomes Lima
Felipe Da Silva Adão	Matheus Silveira
Felipe da Silva Adão	Nicolas Ribeiro Sardinha
Gabriel Tavares Ribeiro	Pablo Anomal Andrade Ferreira
Gabriela Vieira de Sousa Candeia	Paula Francinete Oliveira de Jesus
Giovana Amarante Ribeiro	Paulo Victor da Conceição Ribeiro Onorio
Gustavo Araújo de Freitas	Thiago Góis Camilo Valadares

Docentes

Marcus Vinicius da Silva Sales	Samuel Alex Coelho Campos
Elizama do Nascimento Oliveira Campos	Vanuza da Silva Pereira Ney

EXPEDIENTE

Editor

Samuel Alex Coelho Campos, Universidade Federal Fluminense, Rio de Janeiro, BR.

Banca avaliadora dos trabalhos

Alvaro Martins Siqueira, Universidade Federal Fluminense, Rio de Janeiro, BR

Daniela Franco Cerqueira, Universidade Federal Fluminense, Rio de Janeiro, BR.

Marcos Tostes Lamonica, Universidade Federal Fluminense, Rio de Janeiro, BR

SUMÁRIO

ENSINO

Monitoria de matemática I: uma estratégia para enfrentar desafios no ensino de matemática no curso de Ciências Econômicas	5
---	---

Lucas da Rocha Esteves, Rita de Cassia Souza Paz

Monitoria de Pensamento Econômico I: trabalhando conteúdos disciplinares e apoiando calouros na iniciação da vida acadêmica.....	8
--	---

Maria Luiza Motta José, Vanuza da Silva Pereira Ney

Monitoria em Teoria Microeconômica I: “Orientar, aconselhar, instruir”	10
--	----

Thiago Góis Camilo Valadares, Patricia de Melo Abrita Bastos

EXTENSÃO

Análise da evolução dos preços da cesta básica em Campos dos Goytacazes, RJ, de janeiro a dezembro de 2024	13
--	----

Pablo Anomal Andrade Ferreira, Roni Barbosa Moreira

Descortinando o campo: interações com o rural norte fluminense	17
--	----

Bárbara Souza Tinoco Lessa, Laís Cabral Garcia, Profa. Vanessa Lopes

Desenvolvendo a mobilidade urbana em cidades de porte médio	20
---	----

Marlon Gomes Lima, Matheus Silva Pereira, Cristiano Souza Marins, Rodrigo Resende Ramos

Estratégia Consultoria Jr.	25
---------------------------------	----

Leticia Costa Garcia, Adrielle Macedo Coutinho, Cristiano Souza Marins, Rita de Cássia Souza Paz, Anizaura

Lidia Rodrigues de Souza, Rodrigo Resende Ramos

Fala PET: produção autoral e divulgação de resenhas econômicas	29
--	----

Isaac Cabral Nascimento, Andressa Lima de Souza, Alison Oliveira de Carvalho, Laura de Almeida Manhães, Maria Luiza Motta José, João Victor Zampieri, Thatiany Tinoco de Oliveira, Vanuza da Silva Pereira Ney

Índice de preços ao consumidor de campos: uma experiência de extensão universitária e educação econômica local	31
--	----

Alyson Henrique Silva dos Santos, Pablo Anomal Andrade Ferreira, Roni Barbosa Moreira

Minicurso de políticas econômicas: desvendando o “economês” junto à comunidade acadêmica em geral	33
Laura de Almeida Manhães, Andressa Lima de Souza, Alison Oliveira de Carvalho, Isaac Cabral Nascimento, Maria Luiza Motta José, João Victor Zampieri, Thatiany Tinoco de Oliveira, Vanuza da Silva Pereira Ney	

Uma análise da variação dos preços da cesta de Páscoa em Campos dos Goytacazes em 2024 e 2025	37
Pablo Anomal Andrade Ferreira, Roni Barbosa Moreira	

PESQUISA

Ciclos eleitorais, partidários e desempenho socioeconômico: evidências nos municípios do norte fluminense (2005–2023)	40
Sebastião Ribeiro Neto, Marlon Gomes Lima, Simone Manhães Arêas Mérida	

IFRS 9 e a qualidade dos lucros em bancos brasileiros: investigando a efetividade pós-implementação	44
Leonardo Freire Dias; Rafael D. Santos Reis Camel, Simone Manhães Arêas Mérida	

Índice multicritério de ociosidade (IMO): uma abordagem teórico-metodológica para Campos dos Goytacazes	47
Henrique Fraga Carvalho, José Eduardo Manhães da Silva, Simone Manhães Arêas Mérida	

Para além das externalidades ambientais: as externalidades sociais positivas do setor sucroenergético.....	51
Henrique Fraga Carvalho, Marlon Gomes Lima, Luiz Gustavo Antônio de Souza	

Questão agrária e os diferentes tipos de reforma agrária no estado do Rio de Janeiro	54
Fidel Gomes Resende, Vanuza da Silva Pereira Ney	

Monitoria de matemática I: uma estratégia para enfrentar desafios no ensino de matemática no curso de Ciências Econômicas

Lucas da Rocha Esteves¹, Rita de Cassia Souza Paz²

ÁREA DE CONHECIMENTO: Educação Matemática

Resumo: A disciplina de Matemática I, componente obrigatório da grade curricular do curso de Ciências Econômicas, desempenha um papel fundamental na formação de economistas, ao promover o desenvolvimento do raciocínio lógico e quantitativo necessário para a análise de dados econômicos. No entanto, historicamente, ela tem representado um grande desafio para os estudantes, refletido em altos índices de reprovação e evasão. Essa dificuldade, comum em disciplinas da área de exatas, muitas vezes é agravada por lacunas na formação básica dos alunos, ansiedade em relação à matemática e a pouca familiaridade com métodos quantitativos. Diante desse cenário, foi implementado no curso um projeto de monitoria em Matemática I com o objetivo de oferecer suporte pedagógico adicional, visando melhorar o desempenho acadêmico e aumentar a permanência dos estudantes na disciplina (Paz, 2025). A iniciativa da monitoria partiu da constatação de que a simples oferta das aulas regulares não é suficiente para garantir a aprendizagem de todos os alunos. Com isso, surgiu a proposta de utilizar a experiência de estudantes que já haviam cursado a disciplina com êxito para colaborar na superação das dificuldades dos colegas ingressantes. A atuação dos monitores se mostrou estratégica ao criar um ambiente de aprendizagem mais horizontal, acolhedor e dinâmico, em que os alunos se sentem mais à vontade para expressar suas dúvidas e dificuldades, reduzindo barreiras emocionais que muitas vezes comprometem o aprendizado (Gonçalves et al., 2020). A justificativa pedagógica do projeto baseia-se na literatura que evidencia o impacto positivo da monitoria acadêmica no desempenho dos estudantes, sobretudo em disciplinas tradicionalmente tidas como difíceis, como é o caso da Matemática (Gonçalves et al., 2020; Vicenzi et al., 2016). A presença de um monitor favorece a mediação da aprendizagem, permitindo uma

¹ Graduando em Ciências Econômicas, Departamento de Ciências Econômicas de Campos, Campos dos Goytacazes, Rio de Janeiro, Brasil. E-mail: lucasesteves@id.uff.br

² Professora Associada, Departamento de Ciências Econômicas de Campos, Campos dos Goytacazes, Rio de Janeiro, Brasil. E-mail: ritapaz@id.uff.br.

comunicação mais acessível e menos hierarquizada. Além disso, promove o desenvolvimento de habilidades sociais e cognitivas nos próprios monitores, ampliando sua formação acadêmica e pessoal (Lopes; Queiroz, 2024). A metodologia do projeto envolveu encontros semanais entre o monitor e os alunos interessados, com foco na resolução de exercícios, revisão de conteúdos, esclarecimento de dúvidas e preparação para avaliações. O monitor também elaborou materiais complementares, como listas de exercícios comentadas, resumos teóricos e atividades práticas. Durante as semanas de prova, o atendimento foi intensificado, com a oferta de plantões em horários alternativos, visando contemplar o maior número possível de estudantes. A constante interlocução entre o monitor e o professor da disciplina permitiu o alinhamento das estratégias pedagógicas e a adaptação dos conteúdos conforme as necessidades dos alunos. Os resultados observados ao longo da execução do projeto foram animadores. Verificou-se uma redução significativa nos índices de reprovação, bem como um aumento no número de alunos que demonstraram compreensão efetiva dos conteúdos. Relatos qualitativos coletados ao final do semestre indicam que os estudantes participantes da monitoria se sentiram mais confiantes, motivados e preparados para lidar com os desafios matemáticos do curso. Houve também maior engajamento nas aulas regulares, indicando que o apoio complementar contribuiu para uma atitude mais positiva em relação à disciplina. Além dos benefícios para os alunos atendidos, o projeto também proporcionou um valioso espaço de formação para o monitor, que pôde desenvolver competências didáticas, de liderança, de escuta ativa e de empatia. A vivência da monitoria ampliou sua capacidade de organizar o conhecimento matemático de forma acessível, de identificar dificuldades comuns entre os colegas e de propor soluções pedagógicas criativas e eficazes. Assim, a monitoria mostrou-se uma prática formativa relevante, com impactos positivos tanto para os estudantes atendidos quanto para o monitor, contribuindo para a construção de uma comunidade acadêmica mais integrada, colaborativa e engajada com a aprendizagem (Junior; Batista, 2019). Dessa forma, a proposta de monitoria de matemática I teve como objetivos principais oferecer suporte pedagógico complementar aos estudantes do curso de Ciências Econômicas na disciplina de Matemática I, reduzir os índices de reprovação e evasão, e promover o desenvolvimento de competências pedagógicas nos alunos-monitores. Por meio da criação de um ambiente de aprendizagem mais colaborativo, acessível e adaptado às

necessidades dos estudantes, a monitoria visa não apenas à melhoria do desempenho acadêmico, mas também à valorização do protagonismo estudantil e à formação integral dos envolvidos.

CLASSIFICAÇÃO/NATUREZA:

Ensino

REFERÊNCIAS

GONÇALVES, M. F. et al. A importância da monitoria acadêmica no ensino superior. **Práticas Educativas, Memórias e Oralidades - Rev. Pemo**, [S. l.], v. 3, n. 1, p. e313757, 2020. DOI: 10.47149/pemo.v3i1.3757. Disponível em: <https://revistas.uece.br/index.php/revpemo/article/view/3757>. Acesso em: 27 jun. 2025.

LOPES, R. A.; QUEIROZ, C. R. de O. Q. Influências e desdobramentos da monitoria acadêmica em disciplinas de Matemática em uma universidade federal: um olhar para as percepções dos estudantes. **REMAT: Revista Eletrônica da Matemática**, Bento Gonçalves, RS, v. 10, n. 1, p. e2001, 2024. Disponível em: <https://doi.org/10.35819/remat2024v10i1id6816>. Acesso em: 27 jun. 2025.

PAZ, R. C. S. Projeto de Monitoria em Matemática I. Universidade Federal Fluminense, 2025.

SANTOS JUNIOR, J.V.V.; BATISTA, J.O. Relatos de experiência de matemática I, no curso de ciências econômicas. **Seminário de Projetos de Ensino** (ISSN: 2674-8134), 2(1), 2019. Disponível em: <https://periodicos.unifesspa.edu.br/index.php/spe/article/view/717>. Acesso em: 27 jun. 2025.

VICENZI, C. B. et al. A monitoria e seu papel no desenvolvimento da formação acadêmica. **Rev. Ciênc. Ext.** v.12, n.3, 88-94, 2016.

Monitoria de Pensamento Econômico I: trabalhando conteúdos disciplinares e apoiando calouros na iniciação da vida acadêmica

Maria Luiza Motta José¹, Vanuza da Silva Pereira Ney²

Resumo: A disciplina Pensamento Econômico I, do primeiro período da graduação em Ciências Econômicas da UFF – Campos, constitui uma das bases da ciência econômica como um todo. Nela, estudam-se os princípios dessa ciência, iniciando com Adam Smith, em *A Riqueza das Nações*, e, posteriormente, autores como Thomas Malthus e David Ricardo, que desenvolveram suas próprias teorias. Trata-se de uma disciplina de suma importância para a graduação em Ciências Econômicas e para a monitoria, tendo em vista que é ministrada, em sua maioria, para discentes que acabaram de ingressar no curso, muitos dos quais são provenientes de escolas públicas. Esses alunos, frequentemente, enfrentam dificuldades em razão, tanto pela quantidade de leituras obrigatórias, quanto em decorrência de um ensino defasado nos graus anteriores de escolaridade. Com esse entendimento, desenvolvi uma monitoria cujo foco principal era a disciplina Pensamento Econômico I. Mas, sempre que havia tempo disponível, auxiliava também em outras matérias que estivessem ao meu alcance, de forma a criar um ambiente acolhedor e reconfortante, no qual os alunos se sentissem à vontade para esclarecer quaisquer dúvidas, seja sobre a disciplina principal, outras matérias ou sobre a faculdade em geral. Durante a monitoria, foram utilizados slides elaborados por mim, sob supervisão e orientação de Vanuza Ney. Esse material servia como conteúdo complementar às aulas da monitoria, já que o principal objetivo no ambiente de sala era estimular o debate entre os alunos, despertando o interesse e a curiosidade sobre os autores estudados. Com o auxílio da docente orientadora, também foram promovidas atividades complementares na forma de estudos dirigidos, com o intuito de auxiliar na compreensão e no aprofundamento do conteúdo. Além disso, realizei um jogo de perguntas e respostas próximo à data da avaliação escrita. Posteriormente, auxiliei os alunos na execução de um júri simulado,

¹ Graduanda em Ciências Econômicas, Departamento de Ciências Econômicas de Campos, Campos dos Goytacazes, Rio de Janeiro, Brasil. E-mail: mottamaria@id.uff.br

² Professora Associada, Departamento de Ciências Econômicas de Campos, Campos dos Goytacazes, Rio de Janeiro, Brasil. E-mail: vanuzasilva@id.uff.br

no qual a turma foi dividida em dois grupos, cada um responsável por defender o autor que lhe foi atribuído por sorteio (Malthus e Ricardo). Embora eu tenha atuado como juíza na atividade, meu trabalho principal como monitora foi prestar apoio para a sua realização, não apenas no ensino do conteúdo, mas também incentivando a participação ativa e a busca de informações adicionais fora da monitoria e das aulas, já que, para muitos, aquela tarefa representava um grande desafio. Essa experiência refletindo o que Nunes (2007) destaca sobre a monitoria acadêmica: trata-se de um programa com dupla função: iniciar o aluno na docência de nível superior e contribuir para a melhoria do ensino de graduação. Sendo fundamental que vá além de tarefas meramente operacionais, que envolve o monitor no planejamento, mas também na interação com a turma e em atividades que estimulem a reflexão crítica sobre o processo de ensino-aprendizagem. Nesse sentido, a monitoria acaba atuando como um espaço de cooperação mútua, no qual tanto o monitor quanto os alunos aprendem uns com os outros, estimulando assim, a cultura de colaboração em substituição ao individualismo docente e fortalecendo a qualidade do ensino (NUNES, 2007, p. 46-54). Assim, a monitoria, apesar de uma atividade desafiadora, constitui uma excelente oportunidade de iniciação à docência universitária (UFF, 2024) e, conforme apontado por Nunes (2007), devendo integrar ensino, pesquisa e extensão, garantindo que o monitor adquira competências amplas que ultrapassem o apoio pedagógico, tornando-se efetivamente parte do processo de formação estudantil.

Classificação/natureza: Ensino

Referências

NUNES, J. B. C. Monitoria Acadêmica: espaço de formação. In: SANTOS, M. A **monitoria como espaço de iniciação à docência: possibilidades e trajetórias**. Natal: EDUFRN. 2007.

UFF. Edital Prograd/UFF no 5, de 21 de outubro de 2024.

Monitoria em Teoria Microeconômica I: “Orientar, aconselhar, instruir”.

Thiago Góis Camilo Valadares¹, Patricia de Melo Abrita Bastos²

A disciplina de Teoria Microeconômica I é ofertada aos discentes do segundo período do curso de Ciências Econômicas na UFF – Campos. Essa matéria possui importância singular no contexto acadêmico, pois introduz o graduando em economia a uma vasta gama de conceitos, modelos e teorias amplamente aplicados na ciência econômica. A disciplina não se restringe a apresentar um rico arcabouço teórico, mas se debruça na descrição das relações entre consumidores e firmas. Além disso, a disciplina envolve o uso essencial de recursos algébricos e gráficos, que compõem a sua base teórica. Por esse motivo, os discentes, especialmente aqueles que chegam ao ensino superior trazendo dificuldades oriundas do ensino médio e inseridos em condições socioeconômicas de vulnerabilidade, frequentemente se deparam com desafios que vão além da aplicação de cálculos e da modelagem gráfica. É nesse contexto acadêmico que se torna premente a presença de um apoio adicional ao processo de aprendizagem: o monitor. Seguindo uma análise etimológica, a palavra *monitor* expressa, no latim clássico, a ideia de “aquele que orienta, aconselha ou instrui”, derivando do verbo *monēre*, que significa “advertir, lembrar, aconselhar” (LEWIS; SHORT, 1879). Foi a partir dessa compreensão que busquei direcionar o meu modus operandi enquanto monitor de Teoria Microeconômica I. Visualizo a monitoria não apenas como uma experiência agregadora de iniciação à docência (UFF, 2024), mas também como uma oportunidade singular de prestar auxílio àqueles que dele necessitam, buscando identificar as principais carências da turma, conforme orientação da Professora Patricia Bastos. Dessa maneira, o monitor não deve se limitar à resolução de exercícios, mas, no exercício de suas atribuições, deve fornecer aos assistidos pela monitoria um ambiente que favoreça o diálogo, o esclarecimento de

¹ Graduando em Ciências Econômicas, Departamento de Ciências Econômicas de Campos, Campos dos Goytacazes, Rio de Janeiro, Brasil. E-mail: goisthiago@id.uff.br

² Professora Adjunta, Departamento de Ciências Econômicas de Campos, Campos dos Goytacazes, Rio de Janeiro, Brasil. E-mail: patriciaabrita@id.uff.br

dúvidas e o suporte necessário para o bom desempenho dos alunos na disciplina. Ademais, acredito que o monitor também tem como atribuição tornar o estudo atrativo para o discente. Diante disso, organizei os encontros da monitoria em revisões semanais do conteúdo, utilizando slides lúdicos e mapas mentais, ferramentas que facilitam a fixação do aprendizado. Esses recursos tornaram a monitoria menos massante, mais objetiva e eficaz. Nas vésperas das avaliações, utilizei a plataforma *Kahoot* para que os assistidos pela monitoria respondessem a um quiz sobre o conteúdo da prova. Essa medida proporcionou aos alunos uma revisão dinâmica, pois, a cada pergunta, eu explicava o conteúdo a ela relacionado. Além disso, serviu como um “termômetro” para avaliar os pontos fortes da turma e identificar os tópicos que ainda demandavam maior atenção. Na transição do segundo módulo do curso, referente à segunda parte da Teoria do Consumidor, para o terceiro módulo, que aborda a Teoria da Firma, organizei quadros comparativos entre essas duas áreas da Teoria Microeconômica. Dessa forma, os discentes puderam observar as diferenças entre os dois assuntos a partir de suas semelhanças pontuais, como a curva de indiferença, na Teoria do Consumidor, e a isoquanta, na Teoria da Firma, facilitando a compreensão das relações e aplicações de cada conceito de maneira correta. Portanto, conclui-se que a monitoria constitui uma ferramenta de grande potencial para fortalecer o aprendizado e estimular o interesse dos discentes pelo estudo dessa ciência fundamental. Além de servir como canal de aconselhamento e instrução, a monitoria exerce um papel estratégico na redução das desigualdades educacionais mencionadas anteriormente. Ademais, oferece ao próprio monitor um ambiente singular de formação, uma vez que, além dos encontros periódicos com os discentes, cabe a ele ministrar uma aula para a turma em substituição ao docente uma vez ao ano (UFF, 2024). Tal prática reforça a concepção de Glasser (2001), segundo a qual a forma mais eficaz de consolidar o conhecimento é por meio do ato de ensinar.

Classificação/natureza: Ensino

Referências

LEWIS, Charlton T.; SHORT, Charles. **A Latin Dictionary**. Oxford: Clarendon Press, 1879.

GLASSER, William. **Teoria da escolha: uma nova psicologia de liberdade pessoal**. Tradução de Maria Luiza X. de A. Lins. Rio de Janeiro: Mercuryo, 2001.

UFF. Edital Prograd/Uff n. 5, de 21 de outubro de 2024

Análise da evolução dos preços da cesta básica em Campos dos Goytacazes, RJ, de janeiro a dezembro de 2024

Pablo Anomal Andrade Ferreira¹, Roni Barbosa Moreira²

A partir de 2020, o Boletim Cesta Básica Alimentar de Campos mudou sua denominação para Boletim de Preços ao Consumidor de Campos e incorporou a Cesta Expandida, buscando manter a periodicidade mensal. Essa publicação é divulgada após a liberação do IPCA pelo IBGE do grupo alimentação no domicílio. Essa é uma publicação do Núcleo de Estudos em Economia Aplicada (NEEA) do Instituto de Ciências da Sociedade e Desenvolvimento Regional (ESR) da Universidade Federal Fluminense (UFF). No Brasil, é feito o acompanhamento do Índice de Preços ao Consumidor e dos preços da Cesta Básica alimentar, como a “cesta básica DIEESE e Procon” em diversas regiões metropolitanas. Entretanto, o comportamento dos preços pode ser diferente daquele observado no interior. Neste sentido, o projeto de extensão tem como objetivo calcular o Índice de Preços ao Consumidor de Campos dos Goytacazes – RJ (IPC-Campos). O projeto do Índice de Preços ao Consumidor de Campos (IPC-Campos) visa a coleta e tratamento de dados acerca dos preços dos itens da cesta básica para a cidade de Campos dos Goytacazes, com o objetivo de fornecer à população campista informações sobre a inflação no município, os preços médios dos itens e dados comparativos para a formação de estratégias por órgãos públicos e famílias de como organizar suas rendas e compras. Essa publicação é divulgada após a liberação do IPCA pelo IBGE do grupo alimentação no domicílio. No Brasil, é feito o acompanhamento do Índice de Preços ao Consumidor e dos preços da Cesta Básica alimentar, como a “cesta básica DIEESE e Procon” em diversas regiões metropolitanas. Entretanto, o comportamento dos preços pode ser diferente daquele observado no interior. Neste sentido, o projeto de extensão tem como objetivo calcular o valor da cesta básica de Campos dos Goytacazes – RJ. De acordo com Lavinas (1998), o estudo dos itens que compõem as cestas básicas permite fazer referências

¹ Graduando em Ciências Econômicas, Departamento de Ciências Econômicas de Campos, Campos dos Goytacazes, Rio de Janeiro, Brasil. E-mail: pabloaaf@id.uff.br

² Professor Adjunto, Departamento de Ciências Econômicas de Campos, Campos dos Goytacazes, Rio de Janeiro, Brasil. E-mail: ronibarbosamoreira@id.uff.br

ao custo de vida da população, em especial daqueles com menor renda e maior vulnerabilidade social, como também ao consumo nutricional adequado desse grupo populacional, às diferenças regionais em seus hábitos alimentares, além de fornecer subsídios para políticas públicas serem implementadas com maior efetividade. A Cesta Básica de Alimentos em Campos dos Goytacazes segue o modelo do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (DIEESE), conforme estabelecido pelo Decreto 399/1938. A coleta mensal de preços de 22 produtos ocorre em três dos principais supermercados locais (Assaí, Superbom e Carrefour). Através destes dados, é possível constatar se o nível médio de preços no município acompanha sua média nacional, na figura do Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Segundo o IBGE (2025), o Brasil fechou o ano de 2024 com uma inflação geral, medida através do Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), de 4,83%, ficando, assim, 0,33% acima do teto da meta, de 4,50% e 1,83% acima do centro da meta, que é o valor que se tenta alcançar de 3%. Em uma trajetória divergente do restante do país, os dados coletados pelo projeto do Índice de Preços ao Consumidor de Campos (IPC) no decorrer de todo o ano de 2024, demonstra uma queda de 5,30% no custo da cesta básica na cidade, tendo iniciado o ano custando R\$ 733,12, alcançado seu valor máximo para o ano em março, cotada a R\$ 762,31 e desenhando tendência de queda até dezembro, quando fechou o ano custando R\$ 694,25. O demonstrativo do custo da cesta básica em Campos ao longo de 2024 pode ser apreciado na Figura 1. Dentre os itens específicos da cesta de Campos, se destacaram positivamente, tendo as maiores quedas percentuais de preços a batata comum (-42,41%), tomate comum (-40,74%), farinha de mandioca torrada (-27,90) e o feijão cariquinho (-23,13%). As maiores altas ficaram por conta do café (47,37%), do leite (24,50%), do óleo de soja (22,74%) e da alcatra (17,52%). Além de analisar os dados específicos para Campos em relação ao restante do país, é importante também colocar lado a lado o custo da cesta para o município em relação a outras cidades, da mesma macrorregião ou de locais diversos do Brasil. Dessa forma, é possível ter ideia dos níveis de preços cobrados na cidade interiorana em relação às capitais, se o custo de vida está maior ou menor, comparativamente. Das 18 cidades com cestas pesquisadas pela DIEESE, apenas 5, incluindo a planície goitacá, tiveram relatos de redução dos

custos da cesta básica no ano de 2024, enquanto as outras 13 capitais demonstraram elevação do preço. A presente análise tem como objetivo demonstrar a comunidade civil e acadêmica os resultados das coletas e pesquisas dos itens da cesta básica alimentar e da cesta expandida realizadas entre os meses de janeiro a dezembro de 2024 para a cidade de Campos dos Goytacazes, como o movimento inflacionário e deflacionário das cestas em um todo e dos itens que as compõem.

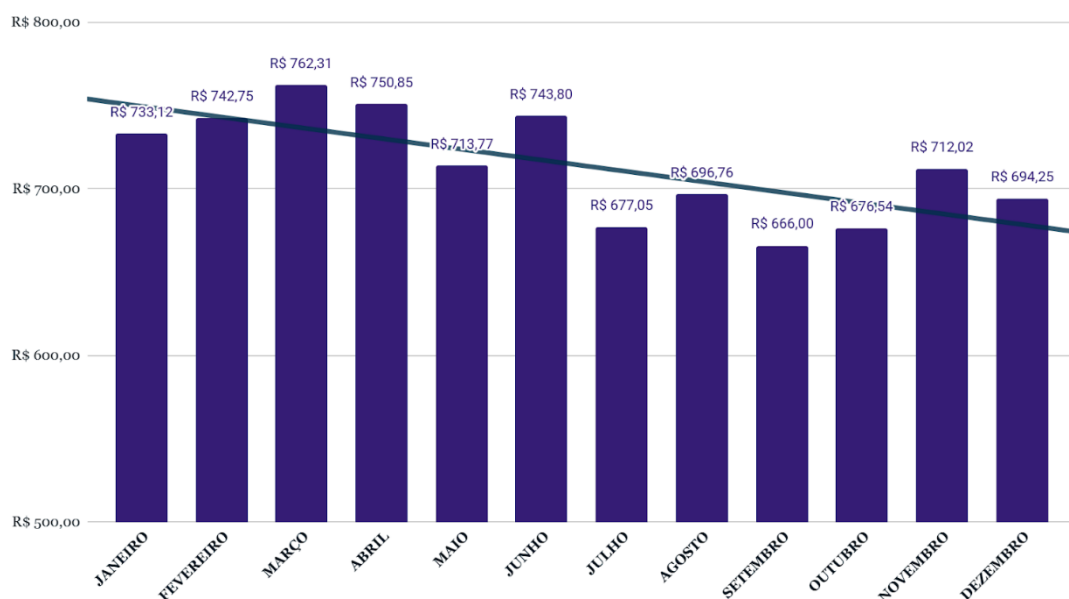


Figura 1- Valor da Cesta Básica de janeiro a dezembro de 2024

Fonte: NEEA

Classificação/natureza: Extensão

Referências

DIEESE – Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos. **Cesta Básica**. Brasília, 2025. Disponível em: <https://www.dieese.org.br/analisecestabasica/2025/202506cestabasica.pdf>. Acesso em: 05 ago. 2025.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Tabela 7060 - IPCA - Variação mensal, acumulada no ano, acumulada em 12 meses e peso mensal, para o índice geral, grupos, subgrupos, itens e subitens de produtos e**

serviços (a partir de janeiro/2020). Disponível em:
<https://sidra.ibge.gov.br/tabela/7060>. Acesso em: 05 ago. 2025.

LAVINAS, L. **Acessibilidade alimentar e estabilização econômica no Brasil nos anos 90**. Rio de Janeiro: IPEA, set. 1998. (Texto para discussão n. 591).

Preços de alimentos e bebidas foram responsáveis por um terço da inflação em 2024. CNN, 10 jan. 2025. Disponível em:
<https://www.cnnbrasil.com.br/economia/macroeconomia/precos-de-alimentos-e-bebidas-foram-responsaveis-por-um-terco-da-inflacao-em-2024/>

Descortinando o campo: interações com o rural norte fluminense

Bárbara Souza Tinoco Lessa¹, Laís Cabral Garcia², Profa. Vanessa Lopes³

Durante o primeiro semestre do ano corrente foi ofertada, pela primeira vez, a disciplina de extensão “Descortinando o Campo: Interações com o rural Norte Fluminense”, ministrada pela professora Vanessa Lopes. A disciplina fomentou discussões acerca da agricultura familiar, dos assentamentos, do agronegócio brasileiro e da situação do meio rural no país e, de forma mais específica, no município de Campos dos Goytacazes e região. As atividades foram desenvolvidas por meio de revisão bibliográfica, exibição de documentários, rodas de conversa e visitas técnicas realizadas nos Assentamentos Zumbi dos Palmares e Antônio de Farias, e no reassentamento das famílias atingidas pelo Complexo Portuário do Açú. Destaca-se a expressiva presença de assentamentos na região e sua relevância na promoção de justiça social e produção agroecológica - com benefícios tanto para a saúde de quem consome quanto de quem produz. Esses fatores evidenciam a importância do debate sobre o tema e fundamentam a relevância das produções desenvolvidas ao longo da disciplina, bem como da presente apresentação. Ao longo de sua execução, consolidou-se entre os alunos o interesse, bem como a percepção da necessidade de criação de um projeto de extensão com o objetivo de prestar assistência aos produtores rurais. Coube aos discentes a coleta de informações pertinentes, que serviram como base empírica e teórica para esse trabalho. Os estudantes foram organizados em quatro grupos, com as seguintes atribuições: (i) levantamento dos projetos de extensão das instituições do ensino superior (UFF, UENF e IFF) voltados para a agricultura familiar da região, além do contato com especialistas para identificar possíveis estratégias de desenvolvimento do projeto; (ii) elaboração de uma cartilha acessível contendo informações básicas sobre comercialização dos

¹ Graduanda em Ciências Econômicas, Departamento de Ciências Econômicas de Campos, Campos dos Goytacazes, Rio de Janeiro, Brasil. E-mail: bstlessa@id.uff.br

² Graduanda em Ciências Econômicas, Departamento de Ciências Econômicas de Campos, Campos dos Goytacazes, Rio de Janeiro, Brasil. E-mail: laisgc@id.uff.br

³ Professora Associada, Departamento de Ciências Econômicas de Campos, Campos dos Goytacazes, Rio de Janeiro, Brasil. E-mail: vanessalopesteixeira@id.uff.br

produtos e políticas públicas direcionadas aos agricultores familiares da região - sendo a comercialização uma das principais dificuldades apontadas; (iii) criação de planilhas e sua aplicação experimental junto a assentados de reforma agrária que realizam vendas na UFF, além do estabelecimento de contatos com esses produtores; e (iv) elaboração de uma apresentação expositiva sobre as visitas técnicas realizadas, reunindo registros de imagem e informações, analisados à luz da bibliografia da disciplina. Com a conclusão dessas produções e a sistematização dos dados coletados, os alunos, em conjunto com a orientadora, decidiram dar continuidade ao processo, atribuindo o prosseguimento da estruturação do projeto de extensão aos discentes que cursarão a disciplina no segundo semestre do ano corrente, sob a coordenação da professora Vanessa Lopes. Pretende-se, assim, manter e ampliar as visitas técnicas, utilizar os dados já coletados e aqueles que venham a ser obtidos pelas turmas subsequentes, expandir as produções, entregar materiais informativos, auxiliar na comercialização dos produtores e ampliar o alcance das contribuições junto à comunidade agrícola da região. Nesse contexto, surge a possibilidade de realização de uma apresentação na Semana de Economia, com a participação da primeira turma da disciplina, com o objetivo de informar o corpo discente da UFF — em especial os estudantes do curso de Ciências Econômicas — sobre esse tema de grande relevância. Busca-se, dessa forma, divulgar informações fundamentais e engajar os alunos do segundo período do ano corrente, bem como as turmas subsequentes, para que deem continuidade ao trabalho iniciado, promovendo maior especialização e excelência. Considerando tais objetivos, a apresentação contemplará: uma introdução ao tema e suas problemáticas; a exposição de casos relevantes (como o reassentamento do Porto do Açu e os Assentamento Zumbi dos Palmares e Antônio de Farias); a metodologia e as fontes utilizadas; a cartilha de apoio à comercialização; os relatos das visitas técnicas; as observações sobre a organização e o perfil dos assentados envolvidos; as perspectivas futuras do projeto; e a apresentação de projetos correlatos com os quais seja possível estabelecer parcerias ou inspirações.

Classificação/Natureza: Extensão.

Referências

ANTUNES, Felipe Faccioli; SANTOS, Diogo Bernardo Oliveira dos; SILVA, Cleber Rocha da; ADÃO, Felipe da Silva. **Comercializar é resistir**: caminhos para fortalecer a agricultura familiar. 1. ed. Niterói: Universidade Federal Fluminense, 2025. Cartilha discente.

LESSA, Bárbara Souza Tinoco; MATTOS, Hugo Lyrio de; CURTY, Nicolly da Rosa. **Auxílio no processo de comercialização de produtos oriundos de assentados de reforma agrária**. Campos dos Goytacazes, RJ: Universidade Federal Fluminense, Instituto de Ciências e Desenvolvimento Regional, Departamento de Ciências Econômicas de Campos, 2025. Trabalho de conclusão de disciplina.

Desenvolvendo a mobilidade urbana em cidades de porte médio

**Marlon Gomes Lima¹, Matheus Silva Pereira², Cristiano Souza Marins³,
Rodrigo Resende Ramos⁴**

Os temas que abarcam a sustentabilidade têm sido amplamente estudados e abordados por pesquisadores em todo mundo e em diferentes setores. No setor de transportes, mas especificamente, em relação a mobilidade urbana, a preocupação parece um desafio para os cientistas, planejadores, mas também para o poder público e para o segmento de operadores de transporte público. Nos últimos anos aparecem no mundo científico reflexões e análises que não só criticam as abordagens tradicionais e reconhecem a crise de planejamento de transporte urbano, mas também juntam elementos, que deveriam ser considerados no novo arcabouço para alcançar a mobilidade sustentável (Banister, 2005, 2008; Burgess e Barbier, 2001; Hall, 2006; Jeon, Amekduzi e Guensler, 2013; Litman, 2012; Zhou, 2012). Alguns tentam descrever casos de aparente sucesso no que diz respeito a políticas de inovação, onde a interação entre os profissionais, stakeholders e público geral é enfatizada. De qualquer maneira, as experiências concretas nessa direção são ainda raras e permeadas de uma série de barreiras, como evidenciado, por exemplo, na análise referente ao estado de políticas integradas na Grã-Bretanha. Se a comunidade científica e planejadores nos países desenvolvidos apontam para a incapacidade das abordagens tradicionais de resolver os problemas atuais de mobilidade e reclamam a necessidade de rever os processos de planejamento e de gestão, a situação em países emergentes torna-se mais crítica. O planejamento estratégico voltado ao desenvolvimento sustentável, considerando conciliação dos aspectos econômicos, sociais e ambientais tornou-se inevitável para maioria das cidades do mundo e representa um grande desafio as cidades brasileiras, com histórico de políticas de transporte e de desenvolvimento urbano bastante conturbado. A evolução dos sistemas de transporte urbano de passageiros no Brasil ficou marcada pela política de rodoviarismo desde a década de 60, baixos

¹ Graduando em Ciências Econômicas, Departamento de Ciências Econômicas de Campos, Campos dos Goytacazes, Rio de Janeiro, Brasil. E-mail: Marlon_lima@id.uff.br

² Graduando em Ciências Econômicas, Departamento de Ciências Econômicas de Campos, Campos dos Goytacazes, Rio de Janeiro, Brasil. E-mail: ms_pereira@id.uff.br

³ Professor Associado III, Departamento de Ciências Econômicas de Campos, Campos dos Goytacazes, Rio de Janeiro, Brasil. E-mail: cs_marins@id.uff.br

⁴ Professor Associado II, Departamento de Ciências Econômicas, Departamento de Ciências Econômicas de Campos, Campos dos Goytacazes, Rio de Janeiro, Brasil. E-mail: rrramos@id.uff.br

investimentos em sistemas públicos, que levou, ao longo do tempo, à perda de qualidade nos serviços de transporte público e culminou, na década de 90 com surgimento de transporte informal, operante na ilegalidade, mas competindo com transporte público formal. Diante do problema exposto, foram desenvolvidas várias ações de forma a discutir e refletir sobre a mobilidade urbana em cidades de porte médio, com foco em Campos dos Goytacazes e região, e promover modelos de avaliação e estratégias para o transporte sustentável. Para a concretização do objetivo, o projeto foi desenvolvido em três frentes: ensino, pesquisa e extensão. Sendo realizadas pesquisas qualitativas, para promover a imersão e problematização do tema, os alunos bolsistas e voluntários foram solicitados a realizar uma pesquisa bibliográfica que deram origem a monografias, resumos e artigos, publicados em congressos e eventos da área. E a pesquisa quantitativa foi desenvolvida por meio de pesquisa de campo, sendo realizada em parceria com o IMTT (Instituto Municipal de Trânsito e Transporte de Campos dos Goytacazes), no qual foram coletados dados sobre o perfil de mobilidade e infraestrutura do sistema de transporte público municipal. O projeto “Desenvolvendo a mobilidade urbana em cidades de porte médio” teve o seu início em 2018 sendo fomentado a partir de uma tese de doutorado, “ desenvolvido pelo coordenador, Prof. Cristiano Souza Marins e com a colaboração do Prof. Rodrigo Resende. O projeto de extensão foi aprovado pela plenária departamental do curso de Ciências Econômicas da UFF (Universidade Federal Fluminense) com bolsa da PROEX/UFF (edital 2018). A partir do projeto foram desenvolvidas diferentes ações tendo em vista a realização de um diagnóstico sobre o perfil de mobilidade do município de Campos dos Goytacazes, Região Norte do Estado do Rio de Janeiro. Além disso, foram ações com vista de promover a reflexão e discussão sobre os problemas enfrentados pela população de Campos dos Goytacazes-RJ em comparação com outros municípios brasileiros e os principais desafios para promover uma mobilidade urbana sustentável. Em relação à dimensão ensino e atendendo ao PNE (2014-2024) que delibera sobre a curricularização da extensão, foi criada uma disciplina extensionista com carga de 30 horas denominada “Gestão da Mobilidade”, sendo ofertada semestralmente no curso de Ciências Econômicas da UFF na unidade de Campos dos Goytacazes-RJ. A disciplina foi implementada no segundo semestre de 2024, tendo 23 alunos inscritos. A ementa da disciplina de Gestão da Mobilidade (GDM) foi a seguinte:

- Mobilidade urbana: Planejamento, Estratégias e Políticas Públicas em Segurança Pública.
- Impactos no desenvolvimento econômico, social e ambiental.
- Lei 12.587 e suas implicações no âmbito metropolitano e municipal.
- Transportes públicos e coletivos, transportes ativos, gestão da demanda, segurança viária, acessibilidade e transporte.
- Resiliência e adaptação dos sistemas de mobilidade urbana às mudanças climáticas.
- Tecnologia e sustentabilidade. Cidades mais humanas.
- Conceitos do urbanismo sustentável.
- Os desafios impostos pelo desenvolvimento urbano eficiência energética, mobilidade urbana e construções sustentáveis, tendo em vista a melhoria da qualidade de vida.
- O desenho urbano, planejando o sistema viário como suporte da política de mobilidade, reduzindo impactos ambientais e criando medidas regulatórias da mobilidade urbana.
- As normas de acessibilidade e urbanismo; a aplicação da mobilidade urbana e acessibilidade nos diversos aspectos, como habitação, meio natural, esporte, comunicação, sinalização e transportes; engenharia de tráfego; planejamento e dimensionamento de redes de transporte; gestão de serviços de transporte público; operação do sistema viário.
- A mobilidade urbana, sustentabilidade ambiental, das políticas de trânsito, da engenharia de tráfego, de transportes, projetos de acessibilidade e da legislação urbanística, além das técnicas e tecnologias que viabilizam a adequação dos espaços.
- Promoção da valorização dos projetos urbanísticos, com garantia de acessibilidade a crianças, idosos e pessoas deficientes.
- Sustentabilidade urbana, por meio de soluções envolvendo sistemas inteligentes, sustentáveis e inovadores para a melhoria da qualidade de vida da população.
- Políticas públicas urbanas, gestão de áreas importantes das cidades utilizando a tecnologia para aumentar a eficiência dos serviços prestados ao cidadão. Inovação.

Para a implementação da disciplina foram utilizadas metodologias ativas, colocando o aluno como o centro do processo de ensino e aprendizagem. Tendo como ponto de partida os textos contidos na referência bibliográfica básica e complementar. Foram propostos temas de discussão com foco na contextualização e problematização a partir das

experiências vivenciadas por cada aluno. Atualmente, além deste projeto de extensão, há três projetos de pesquisa com fomento da Prefeitura Municipal de Campos dos Goytacazes por meio do edital do “ Programa Mais Ciência” e da FAPERJ, por meio do edital de Iniciação Científica, 2023-2025 e APQ1 2024-2026. Como resultados já foram elaborados relatórios técnicos, apresentados às agências de fomento, artigos científicos publicados como capítulos de livros, revistas e periódicos e monografias.

Classificação/Natureza: Extensão

Referências

BANISTER, D. **Unsustainable transport:** city transport in the new century. Routledge, London and New York: Taylor & Francis Group, 2005.

BRASIL. 1996. Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Diário Oficial [da] União, Poder Executivo, Brasília, DF, 23 dez. 1996.

BRASIL. **Lei da Política Nacional de Mobilidade Urbana.** Lei nº 12.587, de 03 de janeiro de 2012. Institui as diretrizes da Política Nacional de Mobilidade Urbana. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/112587.htm.

CRUZ, Emanuella da Silva Cruz, et al. **Uma pesquisa sobre o perfil de demanda por viagens para os passageiros do transporte coletivo em Campos Dos Goytacazes:** análise das linhas distritais. In: 19º Rio de Transportes, Rio de Janeiro, 2022.

FERRAZ, Antônio Clóvis Pinto; TORRES, Isaac Guillermo Espinosa; SILVA, Antônio Nelson Rodrigues da; ROMÃO, Magaly Natalia Pazzian Vasconcellos; HIROSUE, Fernando Hideki; BASTOS, Jorge Tiago. **Transporte público coletivo urbano.** São Carlos-SP: RIMA Editorial, 2023, 472 p.

FORPROEX – Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Universidade Públicas Brasileiras. **Política Nacional de Extensão Universitária,** Manaus-AM, maio de 2012.

KNEIB, Erika Cristine. Capacitação e mobilidade urbana: o desenvolvimento e a contribuição de um programa de extensão **Revista dos Transportes Públicos,** ANTP, ano 36, 3º quadrimestre, 2013, p. 107-124.

KNEIB, Erika Cristine; AMARAL, Camilo Vladmir de Lima. O papel da universidade para a melhoria da mobilidade urbana: a experiência de um programa de extensão. **Revista UFG,** jul. 20122, ano XIII, n. 12.

MELLO, Amanda Meicke; MELLO, Aline Vieira de; KREUTZ, Diego; Bernadino, Maicon. **Curricularização da extensão universitária em cursos de computação: experiências e possibilidades.** In: EduComp'23, Recife, Pernambuco, Brasil, Abril 24-29, 2023, p. 289-299.

PINHEIRO, Jonilson; NARCISO, Christian Silva. A importância da inserção de atividades de extensão universitária para o desenvolvimento profissional. **Revista Extensão & Sociedade**, v. 14, n. 2, jun./nov., 2022.

TURBAY, André Luiz Braga; CASSILHA, Simone do Amaral. **Cidades contemporâneas e mobilidade: conceitos e ferramentas para o planejamento** (livro eletrônico). Curitiba: InterSaberes, 2021.

Estratégia Consultoria Jr.

Leticia Costa Garcia¹, Adrielle Macedo Coutinho², Cristiano Souza Marins³

Rita de Cássia Souza Paz⁴, Anizaura Lidia Rodrigues De Souza⁵, Rodrigo

Resende Ramos⁶

Uma das bases da universidade pública é a coadunação entre a teoria e a prática, buscando desenvolver as competências necessárias para o mundo do trabalho. Aliar as atividades de ensino, pesquisa e extensão são essenciais na formação discente para que eles possam ser um agentes de mudança no mundo. Conforme ressaltam Aguiar, Sant’Anna e Teixeira (2021), a vivência e experiência numa Empresa Júnior (EJ) podem proporcionar o desenvolvimento de diferentes competências necessárias para à formação empreendedora e cidadã e enfatizam que a EJ, por ser um dispositivo institucional facultativo no processo de formação, possibilita aos estudantes ocupar funções semelhantes aos que ocorreriam num ambiente profissional. Além disso, ela permite o contato com diferentes instituições e empresas, a troca de experiências e a possibilidade de aplicação dos conhecimentos adquiridos em sala de aula. As empresas juniores desempenham um importante papel na formação dos alunos de graduação, por propiciar a correlação da teoria com a prática, permite que os alunos se insiram num ambiente profissional e desenvolvam competências e habilidades que serão importantes para a inserção no mercado e no mundo do trabalho. (DAL PIVA et al, 2006). Ainda, segundo Brunório e Krakauer (2022), as empresas juniores constituem instrumentos importantes, dentro do conceito de “Triple Hélice”, por aproximar as instituições de ensino superior das empresas, sendo um importante ator

¹ Graduando(a) em Ciências Econômicas, Bolsista PROEX/UFF, Departamento de Ciências Econômicas de Campos, Campos dos Goytacazes, Rio de Janeiro, Brasil. E-mail: garcialeticia@id.uff.br

² Graduando(a) em Ciências Econômicas, Bolsista ITC FAPERJ, Departamento de Ciências Econômicas de Campos, Campos dos Goytacazes, Rio de Janeiro, Brasil. E-mail: adriellecoutinho@id.uff.br

³ Coordenador, Professor Associado II, Departamento de Ciências Econômicas de Campos, Campos dos Goytacazes, Rio de Janeiro, Brasil. E-mail: cs_marins@id.uff.br

⁴ Professora Associada I, Departamento de Ciências Econômicas de Campos, Campos dos Goytacazes, Rio de Janeiro, Brasil. E-mail: ritapaz@id.uff.br

⁵ Professora Adjunta III, Departamento de Psicologia, Campos dos Goytacazes, Rio de Janeiro, Brasil. E-mail: anizaurialidia@id.uff.br

⁶ Professor Associado I, Departamento de Ciências Econômicas de Campos, Campos dos Goytacazes, Rio de Janeiro, Brasil. E-mail: rramos@id.uff.br

no desenvolvimento do empreendedorismo e inovação. As empresas juniores oportunizam diferentes experiências aos alunos e fomentando uma cultura empreendedora no ambiente universitário. Sendo assim, é nítido que a participação de jovens empreendedores no Movimento Empresa Júnior (MEJ) auxilia na exacerbação da cultura empreendedora, já que os serviços executados por meio dos estudantes impactam a sociedade brasileira, e enfatizam o valor da universidade. Para concluir, ter uma EJ estruturada e atuante pode ser considerada uma “estratégia inovadora e exitosa” para um curso de graduação, inclusive algo salientado e valorizado pelo INEP, nos processos de autorização e reconhecimento de cursos de graduação. No caso da Estratégia Jr. Consultoria, a importância é ainda maior, já que é a única EJ da Universidade Federal Fluminense em Campos dos Goytacazes, agregando alunos de seis cursos de graduação a saber: Ciências Econômicas, Psicologia, História, Geografia, Serviço Social e Ciências Sociais. E este projeto, visa justamente estruturar e direcionar as ações da EJ pelo mercado de trabalho, proporcionar capacitação aos alunos pertencentes ou não a ela, aproximar a universidade com a sociedade por meio de convênios e parcerias, além da prestação de serviços de consultoria e também estabelecer interações e parcerias interinstitucionais com outras EJ's de Campos dos Goytacazes, estado do Rio de Janeiro e de outros estados e com as suas respectivas instituições. Lembrando que Estratégia Jr. Consultoria possui apoio da Rio Júnior (Confederação do Estado do Rio de Janeiro das Empresas Juniores) e com a Brasil Júnior (Confederação Brasileira das Empresas Juniores). A Estratégia Jr. Consultoria é uma empresa de gestão empresarial, sendo integrante do grupo de empresas juniores, no qual, os órgãos Brasil Júnior e Rio Junior auxiliam no desenvolvimento do jovem empreendedor. São por meio das duas entidades e pelos membros que compõem a empresa, que a Estratégia Jr. evolui anualmente. A progressão da empresa é observada por meio do engajamento nos processos seletivos externos; porcentagem das metas que aumentam a cada virada de ano (em decorrência do bom avanço no ano anterior); bem-estar dos membros que estão ingressados na empresa. A Estratégia Jr. Consultoria oferece serviços de consultoria em gestão de negócios para pequenas e médias empresas da cidade e áreas circunvizinhas. Sua missão é impulsionar grandes ideais, proporcionando soluções estratégicas e inovadoras para empresas, enquanto oferece aos estudantes

oportunidades de desenvolvimento profissional através da vivência empresarial. Como portfólio de serviços, a Estratégia oferece seis opções: Plano de Negócios, Pesquisa de Mercado, Plano de Marketing, Planejamento Estratégico, Precificação e Planejamento Financeiro. Este projeto visa desenvolver os setores internos, de forma a atender as demandas apresentadas por empresas e instituições públicas que buscam otimizar os seus processos produtivos e atendimento a demanda. Como produtos estão sendo desenvolvidos um manual operacional de forma a auxiliar na capacitação e formação continuada dos novos membros, criação de rotinas e indicadores de avaliação do desempenho operacional e um artigo sobre o impacto que a participação na empresa júnior proporciona na formação dos alunos e inserção no mercado de trabalho.

Classificação/natureza: Extensão

Referências

- AGUIAR, Bárbara Guedes; SANT'ANNA, Antônio Genilton; TEIXEIRA, Flávia Tavares Vieira. Extensão universitária em empresas juniores: desenvolvendo competências em complemento à formação superior. **Rev. Conexão**, v. 17, 2021, p. 1-18.
- BRASIL, C.R.B.; DORNELES, N.P.; GARCIA, M.O.; JAHN, T.; SANCHEZ, S.S.; BOEIRA, H.; CARVALHO, G.R. Empresa Júnior: o desenvolvimento em período pandêmico. **40 SEURS**, nov.2022.
- BRUNÓRIO, Wellington dos Reis; KRAKAUER, Patrícia Viveiros de Castro. O papel das empresas juniores no ecossistema do ensino de empreendedorismo. **SADJSJ – South American Development Society Journal**, v. 08, n. 22, 2022.
- DAL PIVA, Alaxendro Rodrigo; PILATTI, I Luiz Alberto; FERRAZZA, Daiane Cristina; SILVA, Elisangela da. Empresa Júnior: Um Laboratório de Aprendizagem como Diferencial para a Formação Acadêmica. In: **XIII SIMPEP** - Bauru, SP, Brasil, 6 a 8 de novembro de 2006.
- MANKINS, John C. Technology readiness levels. **A White Paper**, 22, Dec. 2004.
- OECD/Eurostat (2018), Oslo Manual 2018: Guidelines for Collecting, Reporting and Using Data on Innovation, 4th Edition, The Measurement of Scientific, Technological and Innovation Activities, **OECD Publishing**, Paris/Eurostat, Luxembourg. Disponível em: <https://doi.org/10.1787/9789264304604-en>. Acesso em: ago. 2023.
- PICCHIAI, Djair. Empresa júnior: um exemplo de pequena empresa. **Revista Administração em Diálogo**, v. 10, n. 2, 2008, p. 35-52.

ZILIOTTO, Denise Macedo; BERTI, Ariete Regina. A aprendizagem do aluno inserido em empresa júnior. **Revista Conexão UEPG**, v. 8, n. 2, julho-diciembre, 2012, p. 210-217.

VALADÃO JÚNIOR, Valdir Machado; ALMEIDA, Rafaela Campos de; MEDEIROS, Cintia Rodrigues de Oliveira. Empresa Júnior: Espaço para a construção de competências. **Revista Administração, Ensino e Pesquisa**, Rio de Janeiro, v. 15, n. 4 p. 665–695 out/dez 2014.

Fala PET: produção autoral e divulgação de resenhas econômicas

Isaac Cabral Nascimento¹, Andressa Lima de Souza², Alison Oliveira de Carvalho³, Laura de Almeida Manhães⁴, Maria Luiza Motta José⁵, João Victor Zampieri⁶, Thatiany Tinoco de Oliveira⁷, Vanuza da Silva Pereira Ney⁸

O projeto FalaPet, desenvolvido pelo Programa de Educação Tutorial (PET) Economia da Universidade Federal Fluminense, campus Campos dos Goytacazes, é uma iniciativa dedicada à produção e divulgação de resenhas sobre temas econômicos, elaboradas por estudantes e revisadas por sua tutora, que recebe ajuda de outros dois alunos do programa, fato que contribui para a construção de melhor ortografia, gramática e interpretação de texto, habilidades necessárias para uma boa formação acadêmica. Publicadas em plataformas digitais como Medium e LinkedIn, essas resenhas extrapolam o espaço acadêmico, alcançando não apenas graduandos e profissionais da área, mas também o público em geral interessado em compreender questões econômicas sob diferentes perspectivas. Assim, o projeto realiza um duplo movimento: estimula, nos integrantes, habilidades como escrita, pesquisa, pensamento crítico e análise, ao mesmo tempo em que promove a democratização do conhecimento, tornando conteúdos aprofundados mais acessíveis e socialmente relevantes, servindo ao seu propósito enquanto meio de divulgação científica. Para Abagli (1996), “O papel da divulgação científica vem evoluindo ao longo do tempo, acompanhando o próprio desenvolvimento da ciência e tecnologia”, podendo contribuir para diferentes campos da sociedade, como a educação,

¹ Graduando em Ciências Econômicas, Departamento de Ciências Econômicas de Campos, Campos dos Goytacazes, Rio de Janeiro, Brasil. E-mail: isaacc@id.uff.br

² Graduanda em Ciências Econômicas, Departamento de Ciências Econômicas de Campos, Campos dos Goytacazes, Rio de Janeiro, Brasil. E-mail: andressasousa@id.uff.br

³ Graduado em Ciências Econômicas, Departamento de Ciências Econômicas de Campos, Campos dos Goytacazes, Rio de Janeiro, Brasil. E-mail: alisonoliveira@id.uff.br

⁴ Graduanda em Ciências Econômicas, Departamento de Ciências Econômicas de Campos, Campos dos Goytacazes, Rio de Janeiro, Brasil. E-mail: lauraam@id.uff.br

⁵ Graduanda em Ciências Econômicas, Departamento de Ciências Econômicas de Campos, Campos dos Goytacazes, Rio de Janeiro, Brasil. E-mail: mottamaria@id.uff.br

⁶ Graduando em Ciências Econômicas, Departamento de Ciências Econômicas de Campos, Campos dos Goytacazes, Rio de Janeiro, Brasil. E-mail: joaozampieri@id.uff.br

⁷ Graduanda em Ciências Econômicas, Departamento de Ciências Econômicas de Campos, Campos dos Goytacazes, Rio de Janeiro, Brasil. E-mail: thatianyto@id.uff.br

⁸ Professora Associada, Departamento de Ciências Econômicas de Campos, Campos dos Goytacazes, Rio de Janeiro, Brasil. E-mail: vanuzasilva@id.uff.br.

a mobilização popular e, principalmente, o cívico, pois nutre a sociedade das informações e do processo que fundamenta a tomada de decisão da maior parte das questões da vida social, o que se encontra em consonância com a filosofia do PET (Brasil, 2006), que valoriza a formação global do estudante a partir da integração entre ensino, pesquisa e extensão, o FalaPet estimula a autonomia intelectual, o trabalho em equipe e a consciência social dos participantes. O processo de construção das resenhas envolve investigação, interpretação de dados e reflexão crítica, consolidando a prática do “aprender fazendo e refletindo sobre”. Nos últimos 8 meses, foram postados 10 resenhas, consolidando uma média de 1,25 resenhas por mês. Os discentes produzem textos sobre os mais variados campos da ciência econômica, desde macroeconomia até temáticas políticas específicas. Todos os membros do grupo PET participam desta atividade, o que contribui para o desenvolvimento equitativo de todos os alunos.

Classificação/natureza: extensão.

Referências

ALBAGLI, Sarita. **Divulgação científica:** informação científica para cidadania. Ciência da Informação, Brasília, v. 25, n. 3, p. 396-404, set./dez. 1996.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Superior. **Programa de Educação Tutorial:** Manual de orientações básicas. Brasília, DF: MEC/SESu, 2006.

Índice de preços ao consumidor de campos: uma experiência de extensão universitária e educação econômica local

Alyson Henrique Silva dos Santos¹, Pablo Anomal Andrade Ferreira², Roni Barbosa Moreira³

O Índice de Preços ao Consumidor de Campos (IPC Campos) é um projeto de extensão do curso de Ciências Econômicas da Universidade Federal Fluminense (UFF), desenvolvido no campus de Campos dos Goytacazes. Seu objetivo é simples, mas de grande impacto: acompanhar mensalmente os preços da cesta básica em supermercados da cidade e divulgar essas informações de forma clara para a população. O projeto surgiu porque os principais índices de inflação usados no Brasil, como o INPC e o IPCA, são voltados para capitais e regiões metropolitanas. Assim, muitas vezes, eles não refletem a realidade de cidades do interior como Campos dos Goytacazes, que tem mais de 480 mil habitantes e fica a cerca de 300 km do Rio de Janeiro. Diante disso, o IPC Campos busca preencher essa lacuna, oferecendo um retrato mais fiel da variação de preços em termos locais. A metodologia é baseada na coleta de preços em três supermercados da cidade, feita por grupos de estudantes. Eles pesquisam os valores de diferentes marcas para os produtos que compõem a cesta básica do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos, o DIEESE, além de itens de higiene e limpeza. Depois, os dados são lançados em planilhas e processados para se chegar ao valor médio de cada produto. A partir disso, calcula-se o custo total da cesta básica do mês, permitindo comparações com períodos anteriores e com outras cidades. Essas informações são divulgadas em boletins mensais, com textos explicativos, gráficos e análises sobre os produtos que mais subiram ou caíram de preço. Além disso, o projeto realiza oficinas em escolas públicas, onde as crianças participam de atividades lúdicas usando preços reais dos supermercados. Essa iniciativa ajuda a promover a educação econômica desde cedo,

¹ Graduando em Ciências Econômicas, Departamento de Ciências Econômicas de Campos, Campos dos Goytacazes, Rio de Janeiro, Brasil. Email: alyson_h@id.uff.br

² Graduando em Ciências Econômicas, Departamento de Ciências Econômicas de Campos, Campos dos Goytacazes, Rio de Janeiro, Brasil. Email: pabloaaf@id.uff.br

³ Professor Adjunto do Curso de Ciências Econômicas, Departamento de Ciências Econômicas de Campos, Campos dos Goytacazes, Rio de Janeiro, Brasil. Email: ronibarbosamoreira@id.uff.br

incentivando o planejamento de compras e o cuidado com o orçamento familiar. O projeto se destaca também como ferramenta de formação prática para os estudantes. Ao participar das atividades, eles aprendem a lidar com dados, usar planilhas, calcular médias, elaborar relatórios e interpretar variações de preços. Além disso, desenvolvem um olhar mais atento para os problemas do dia a dia da população, reforçando o papel social do economista. Outro ponto importante é a utilidade pública do IPC Campos. Ao tornar os preços mais visíveis e compreensíveis para todos, o projeto ajuda os consumidores a fazerem melhores escolhas. Também pode servir como apoio na elaboração de políticas públicas voltadas para a segurança alimentar, distribuição de cestas básicas e programas de auxílio à renda. De forma geral, o IPC Campos mostra como a universidade pode contribuir diretamente com a sociedade, produzindo conhecimento útil e acessível. O projeto tem como meta ampliar ainda mais sua atuação, com mais oficinas educativas, parcerias locais e divulgação constante dos boletins. Dessa forma, busca reforçar a consciência econômica da população e a presença ativa da UFF no cotidiano da cidade. O objetivo principal desta proposta é fortalecer o IPC Campos como um canal permanente de informação, aprendizado e integração entre universidade e comunidade. Com isso, pretende-se seguir contribuindo para uma sociedade mais informada, crítica e preparada para lidar com os desafios do custo de vida.

Classificação/natureza: extensão

Referências

DIEESE – Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos. **Cesta básica de alimentos:** conceitos e definições técnicas. São Paulo: DIEESE, 2009.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Sistema Nacional de Índices de Preços ao Consumidor:** estrutura e metodologia. Rio de Janeiro: IBGE, 2005.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Estimativas populacionais dos municípios para 2022.** Rio de Janeiro: IBGE, 2023.

LAVINAS, Lena. **Programas sociais:** redução da pobreza e transferência de renda no Brasil. São Paulo: Cortez, 1998.

Minicurso de políticas econômicas: desvendando o “economês” junto à comunidade acadêmica em geral

**Laura de Almeida Manhães¹, Andressa Lima de Souza², Alison Oliveira de
Carvalho³, Isaac Cabral Nascimento⁴, Maria Luiza Motta José⁵, João Victor
Zampieri⁶, Thatiany Tinoco de Oliveira⁷, Vanuza da Silva Pereira Ney⁸**

O Minicurso de Políticas Econômicas (MPE) é uma atividade do Grupo PET Economia e vem sendo oferecido aos calouros do curso de Economia e de outros cursos da UFF, além da comunidade em geral, desde 2012. O minicurso busca apresentar os conceitos-chaves das políticas econômicas, oferecendo aos participantes noções básicas acerca de seus fundamentos. As áreas abordadas são: Nível de Atividade, Emprego, Inflação, Política Monetária, Política Fiscal e Setor Externo. Dessa forma, esse trabalho buscou analisar a contribuição do MPE como extensão universitária na compreensão do funcionamento da economia pela sociedade. Segundo Coelho (2023) a extensão universitária articula ensino e pesquisa de uma forma indissociável. O autor também destaca a importância da extensão como instrumento fundamental na formação universitária. “A participação da extensão, como atividade formadora, desloca o eixo pedagógico clássico professor-aluno para o eixo aluno-comunidade, com a atuação do professor como coparticipante,

¹ Graduanda em Ciências Econômicas, Departamento de Ciências Econômicas de Campos, Campos dos Goytacazes, Rio de Janeiro, Brasil. E-mail: andressasousa@id.uff.br

² Graduanda em Ciências Econômicas, Departamento de Ciências Econômicas de Campos, Campos dos Goytacazes, Rio de Janeiro, Brasil. E-mail: andressasousa@id.uff.br

³ Graduado em Ciências Econômicas, Departamento de Ciências Econômicas de Campos, Campos dos Goytacazes, Rio de Janeiro, Brasil. E-mail: alisonoliveira@id.uff.br

⁴ Graduando em Ciências Econômicas, Departamento de Ciências Econômicas de Campos, Campos dos Goytacazes, Rio de Janeiro, Brasil. E-mail: isaacc@id.uff.br

⁵ Graduanda em Ciências Econômicas, Departamento de Ciências Econômicas de Campos, Campos dos Goytacazes, Rio de Janeiro, Brasil. E-mail: mottamaria@id.uff.br

⁶ Graduando em Ciências Econômicas, Departamento de Ciências Econômicas de Campos, Campos dos Goytacazes, Rio de Janeiro, Brasil. E-mail: joaozampieri@id.uff.br

⁷ Graduanda em Ciências Econômicas, Departamento de Ciências Econômicas de Campos, Campos dos Goytacazes, Rio de Janeiro, Brasil. E-mail: thatianyto@id.uff.br

⁸ Professora Associada, Departamento de Ciências Econômicas de Campos, Campos dos Goytacazes, Rio de Janeiro, Brasil. E-mail: vanuzasilva@id.uff.br

orientador, educador, tutor e pedagogo” (Corrêa, 2003 apud Coelho, 2023, p.16). Além disso, “atividades de extensão é uma maneira eficiente de transferir conhecimento tanto para o setor privado quanto público” (Ykeizumi; Ribeiro, 2020), dando destaque para os minicursos como forma de divulgar ou atualizar conhecimentos em um curto período de tempo, sendo assim, uma boa estratégia de comunicação. O Minicurso de Políticas Econômicas (MPE) é resultado indissociável do tripé, ensino, pesquisa e extensão, que por sua vez é princípio do Programa de Educação Tutorial, PET. O ensino das disciplinas cursadas no curso de Economia, e também na preparação e revisão dos conceitos passados pela tutora e dos professores colaboradores em relação aos integrantes do PET. A pesquisa, consiste na pesquisa dos temas e na elaboração do material de apresentação, que tem como base os conceitos macroeconômicos (Braga; Paulani, 2007) e a economia brasileira (Giambiagi; Villela, 2010), além de matérias de jornais e revistas sobre os temas. E, a extensão, dado que o minicurso é apresentado de forma extracurricular aos calouros do curso de Economia, aos estudantes universitários e demais interessados de outros cursos e a comunidade em geral. O Minicurso de Políticas Econômicas é ministrado pelo menos uma vez por semestre. A pesquisa, é o âmbito em que os petianos, por meio de uma pesquisa bibliográfica, teórica e sobre as atualidades no cenário econômico brasileiro, buscam compreender o conteúdo e exemplificar os termos e teorias presentes nos meios de comunicação, facilitando a compreensão da economia, e além disso elaborando um material de apresentação, na forma de slides. Em 2021, o minicurso foi ministrado para a ONG Viva Lagos, em Macaé/RJ, e o público foram alunos do ensino médio que fazem parte do Programa Jovem Aprendiz. Nessa oportunidade, o MPE foi ministrado duas vezes para turmas com 50 alunos cada. O minicurso de 2012 até 2019 era oferecido na modalidade presencial e, com a pandemia do COVID-19, em 2020 e 2021, a modalidade foi remota, por meio da plataforma do Google Meet, em 2023/2024, a modalidade voltou a ser oferecida de maneira presencial. Como forma de avaliar a importância do minicurso na formação dos petianos e também na compreensão dos participantes foi realizada uma avaliação qualitativa durante as reuniões do PET para identificar a percepção e avaliação dos integrantes do PET (Grupo 1), e foi aplicado um questionário para os participantes do

minicurso, entre estudantes ingressantes do curso de Ciências Econômicas e outros grupos (Grupo 2). Assim, os resultados para o Grupo 1, formado pelos participantes externos, destacaram que o minicurso foi importante para sua formação e na ampliação dos conhecimentos sobre a economia. Três relatos desse grupo são destacados: “Entender economia é extremamente necessário e o curso foi didático e esclarecedor!” destaca um aluno do Ensino Técnico em Meio Ambiente “Gostei bastante, super necessário. Afinal, economia é um assunto de extrema importância que, infelizmente, é pouco ensinado nas escolas.” destaca um aluno de Ensino Médio da ONG Viva Lagos “Achei muito legal, consegui entender melhor os conceitos relacionados a economia e a importância dessas políticas e das decisões tomadas, tanto por nós quanto pelo governo na nossa vida.” destaca um técnico administrativo da ONG Viva Lagos Quanto aos resultados do Grupo 2, formado pelos integrantes do grupo PET e professores colaboradores, observou-se de forma mais geral e imediata, um efeito favorável e perceptível desde a elaboração dos conteúdos até a ministração do minicurso. Nesse sentido, a atividade tem sido considerada de grande relevância na formação dos petianos, tanto no aprimoramento da pesquisa, ensino e extensão, quanto na ampliação dos seus conhecimentos e aproximação com a docência. Já nos participantes do curso, observamos grande interesse por parte destes no minicurso, ampliando os conhecimentos em Economia. Além disso, observamos que a atividade também fortaleceu o conhecimento nas áreas de Macroeconomia, Economia Brasileira e Internacional do curso de graduação e dos/as integrantes do PET Economia. O trabalho teve êxito ao desenvolver o Minicurso, elaborado e apresentado pelos integrantes do PET, esclarecendo conceitos básicos de Política Econômica por meio de uma linguagem fácil e acessível a um público não familiarizado com a Ciência Econômica. Além disso, oferecemos aos alunos a capacidade de se posicionar criticamente em relação ao modo como os temas econômicos são normalmente tratados e difundidos pelos meios de comunicação.

Classificação/natureza: extensão

Referências

BRAGA, M. B.; PAULANI, L. M. **A Nova Contabilidade Social**. 3ª Edição. São Paulo: Editora Saraiva, 2007.

COELHO, G. C. O papel pedagógico da extensão universitária. **Revista Em Extensão**, Uberlândia, v. 13, n. 2, p. 11–24, 2015. DOI: 10.14393/REEv13n22014_art01. Disponível em: <https://seer.ufu.br/index.php/revextensao/article/view/26682>.

GIAMBIAGI, F.; VILLELA, A. (Org). **Economia Brasileira Contemporânea: (1945-2010)**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2010.

YKEIZUMI, Lara Yumi Fand; RIBEIRO, Eduardo Augusto Werneck. **Difusão do conhecimento por minicurso: Aprimoramento da metodologia Analytic Hierarchy Process (AHP) para o mapeamento de fenômenos socioambientais**. Metodologias e Aprendizado, [S.l.], v. 2, p. 190-196, 2020. Disponível em: <https://publicacoes.ifc.edu.br/index.php/metapre/article/view/1587/1157>.

Uma análise da variação dos preços da cesta de Páscoa em Campos dos Goytacazes em 2024 e 2025

Pablo Anomal Andrade Ferreira¹, Roni Barbosa Moreira²

O projeto de extensão do Índice de Preços ao Consumidor de Campos (IPC-Campos), além de realizar a coleta para o cálculo do valor da cesta básica no município, também realiza coletas especiais em datas comemorativas, tais como a Páscoa, Festa Junina e Fim de Ano, a fim de realizar análises comparativas com outras localidades e construir uma série histórica com os dados coletados pelo projeto extensionista. As datas comemorativas do ano, além de possuírem relevante importância cultural e de lazer para a sociedade, contribuem para os mais diversos impactos na economia nacional e das microeconomias locais. Segundo a Confederação Nacional de Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC), em 2024, as vendas relacionadas à Páscoa ultrapassaram a marca dos R\$ 3,4 bilhões, e, de acordo com a Associação Brasileira das Empresas de Cartão de Crédito e Serviços, juntamente com o Datafolha, a expectativa é que, em 2025, haja uma movimentação de R\$ 5,3 bilhões de reais na economia nacional, demonstrando uma tendência de alta no consumo nesta data. Ainda segundo o Datafolha (2025), 67% dos consumidores pretendem comprar chocolates ou produtos temáticos neste período, com um ticket médio de consumo de R\$146,00 por pessoa. A situação não é diferente quando se olha para o município de Campos dos Goytacazes. Segundo o presidente da Associação Comercial e Industrial de Campos (ACIC), a venda de ovos de chocolate na cidade deve crescer 18% em 2025 se comparada à de 2024. Visando construir uma métrica estatística para comparações e formação de uma base de dados históricos, o projeto de extensão do Índice de Preços ao Consumidor de Campos (IPC-Campos) realizou sua segunda pesquisa especial de Páscoa, agora sendo possível realizar a comparação dos preços entre os anos de 2024 e 2025, além de uma comparação semanal, já que, tendo ciência de que uma parcela

¹ Graduando em Ciências Econômicas, Departamento de Ciências Econômicas de Campos, Campos dos Goytacazes, Rio de Janeiro, Brasil. E-mail: pabloaaf@id.uff.br

² Professor Adjunto, Departamento de Ciências Econômicas de Campos, Campos dos Goytacazes, Rio de Janeiro, Brasil. E-mail: ronibarbosamoreira@id.uff.br

significativa dos consumidores têm cada vez mais deixado para comprar itens como chocolates nas semanas seguintes ao feriado, buscando conseguir descontos, foi realizada mais uma pesquisa, na primeira terça-feira imediatamente após as festividades. Por meio desta pesquisa, foi possível constatar o aumento expressivo do custo da cesta de Páscoa na cidade de Campos, com uma inflação calculada de 38,0% no período de apenas um ano, tendo como principal item a puxar esses dados o bacalhau, com alta de 57,1%.

Tabela 1 - Variação de preços 2024 x 2025

PRODUTOS 2024	P. MÉDIO 2024	P. MÉDIO 2025	TX. DE VARIAÇÃO
-CAIXA DE BOMBOM (1 UNIDADE, 3 MARCAS (SE TIVER))	R\$ 12,56	R\$ 12,79	1,84%
-BARRA DE CHOCOLATE (1 UNIDADE, 3 MARCAS, GERALMENTE DE 150G)	R\$ 6,85	R\$ 8,42	22,91%
-BACALHAU 1KG	R\$ 48,98	R\$ 76,94	57,10%
-ATUM EM CONSERVA (1 UNIDADE, LATA, NÃO É RALADO)	R\$ 9,70	R\$ 10,63	9,60%
-SARDINHA EM CONSERVA (1 UNIDADE, LATA EM ÓLEO, NÃO É RALADA NEM FILÉ)	R\$ 6,11	R\$ 7,41	21,28%
TOTAL	R\$ 84,19	R\$ 116,19	38,00%

Ao se analisar as variações de preços na semana posterior à Páscoa, também é possível adquirir informações interessantes. De modo geral, a cesta teve uma deflação de -19,38%; contudo, dentre os itens, um grupo demonstrou inflação dos seus preços e outro deflação, e esses percentuais não foram de valores próximos, pelo contrário, o item que demonstrou a maior deflação foi o bacalhau sem espinha, queda de -

39,58%, enquanto a maior inflação foi da azeitona, 33,77% de alta, demonstrando a alta variabilidade que os preços dos itens apresentaram. Tais conjuntos de itens podem demonstrar alguns movimentos, curiosamente, os itens que apresentaram queda nos preços são aqueles usados como ingredientes de receitas tratadas como pratos principais, caso do leite de coco, e/ou que são mais sazonais em datas comemorativas e, em especial, na Páscoa, como os refrigerantes, os peixes de modo geral e a barra de chocolate. Dentro do pequeno grupo das inflações habitam itens que mesmo tendo seu consumo elevado nas datas comemorativas não tem uma queda de consumo muito grande pós-feriados, pois continuam compondo o preparo de muitos pratos, sejam das famílias ou em restaurantes, é o caso do creme de leite, do leite condensado e da azeitona com caroço. A formulação e análise das cestas de datas comemorativas é importante para que haja a construção de dados de série histórica cabíveis de comparações no tempo, além de representarem épocas do ano de diferentes movimentos da demanda no município. Como demonstrado, possuir esses dados e disponibilizá-los possibilita também aferir se as ditas “práticas populares” ou “estratégicas” de compra se confirmam na prática ou apenas são impressões ocasionais que os consumidores podem ter de um item e contaminam outros com tais percepções.

Classificação/natureza: extensão

Referências

Enchioglo, L. **Páscoa deve movimentar R\$ 3,4 bilhões em 2024, projeta CNC.** Panrotas. 13 mar 2024. Disponível em: <https://www.panrotas.com.br/mercado/economia-e-politica/2024/03/pascoa-deve-movimentar-r-34-bilhoes-em-2024-projeta-cnc-203922.html>

Do micro ao macro. **Páscoa deve movimentar R\$ 5,3 bilhões em 2025 e impulsiona oportunidades para lojistas...** 18 abr 2025. Disponível em: <https://www.acicampos.org.br/noticia-3113/acic-acredita-em-um-aumento-nas-vendas-de-ate-18por-cento-na-pascoa-se-comparado-com-o-mesmo-periodo-do-ano-passado>

Ciclos eleitorais, partidários e desempenho socioeconômico: evidências nos municípios do norte fluminense (2005–2023)

Sebastião Ribeiro Neto¹, Marlon Gomes Lima², Simone Manhães Arêas Mérida³

A Teoria dos Ciclos Políticos (TCP) investiga como o calendário eleitoral e as orientações partidárias influenciam a alocação de recursos públicos e o desenvolvimento socioeconômico (MACHADO et al., 2022; SAKURAI, 2009). Essa análise é relevante Brasil, dadas suas desigualdades regionais e dinâmicas políticas peculiares. Este estudo, ainda em desenvolvimento, investiga ciclos políticos (oportunistas e partidários) e seus efeitos nos gastos sociais e o desenvolvimento socioeconômico nos municípios do Norte Fluminense (2005-2023). Essa região, historicamente rica em ciclos econômicos (cana-de-açúcar, petróleo) e dependente de recursos provenientes de royalties, pode amplificar incentivos à manipulação fiscal. A pesquisa aprofunda a compreensão da interação entre política, finanças públicas e desenvolvimento local, oferecendo evidências empíricas regionais e subsidiando discussões sobre governança municipal e eficácia de políticas públicas em cenários de alta discricionariedade fiscal. A pesquisa fundamenta-se nos modelos de ciclos políticos. O modelo oportunista (Nordhaus, 1975; Rogoff e Sibert, 1988) prevê expansão de gastos pré-eleitorais para reeleição. Já o modelo partidário (Hibbs, 1977; Alesina, 1987), argumenta que as preferências ideológicas partidárias moldam escolhas econômicas e fiscais. Evidências empíricas confirmam esses ciclos internacionalmente (LÓPEZ; RODRÍGUEZ, 2008; GÁMEZ; IBARRA-YÚÑEZ, 2009; VEIGA; VEIGA, 2007) e, no Brasil (SAKURAI, 2009; SILVA; FARONI, 2010; NUNES, 2017). Machado et al. (2022) especificamente encontraram ciclos oportunistas e partidários em gastos sociais e desenvolvimento socioeconômico em municípios gaúchos, servindo como referência metodológica. A aplicação ao Norte Fluminense, região com peculiaridades fiscais e institucionais, testa a generalização dessas teorias em

¹ Graduando(a) em Ciências Econômicas, Departamento de Ciências Econômicas de Campos, Campos dos Goytacazes, Rio de Janeiro, Brasil. E-mail: srneto12.srn@gmail.com

² Graduando(a) em Ciências Econômicas, Departamento de Ciências Econômicas de Campos, Campos dos Goytacazes, Rio de Janeiro, Brasil. E-mail: marlongomeslima.24@gmail.com

³ Professora Adjunta, Departamento de Ciências Econômicas de Campos, Campos dos Goytacazes, Rio de Janeiro, Brasil. E-mail: smareas@id.uff.br.

um novo recorte geográfico. A metodologia adotada é quantitativa, via econometria de dados em painel. A amostra abrange os nove municípios do Norte Fluminense, analisados de 2005 a 2023 (19 anos e 4 ciclos eleitorais), permitindo análise longitudinal. Dados secundários de gastos sociais (assistência, saúde, educação, saneamento, cultura), PIB e população vieram do Ipeadata; indicadores de desenvolvimento (IFDM) da FIRJAN; e informações eleitorais/partidárias do Tribunal Superior Eleitoral (TSE). A análise exploratória inicial revelou a heterogeneidade marcante entre os municípios do Norte Fluminense, com populações que variam de 10.170 a 524.388 habitantes e um IFDM médio de 0,71, indicando bom desenvolvimento geral, mas com variações significativas (0,58 a 0,87). Os gastos sociais per capita também apresentaram grande dispersão, confirmando a necessidade das transformações para logaritmo para minimizar distorções. Os resultados econométricos, ainda que preliminares neste estágio do estudo, oferecem insights relevantes. No primeiro bloco de modelos, que investigou a influência de ciclos políticos sobre os gastos sociais, a variável população ('POP') demonstrou um efeito positivo e estatisticamente significativo sobre todos os tipos de gastos sociais per capita. Este resultado robusto sugere que municípios mais populosos, em média, alocam mais recursos por habitante em áreas sociais. Os resultados para as variáveis de ciclo eleitoral (pré, eleitoral, pós) sobre gastos sociais não foram estatisticamente significativos, contrastando com as expectativas clássicas da TCP e com evidências em outras regiões brasileiras. Esta particularidade do Norte Fluminense pode ser atribuída à rigidez orçamentária ou maturação institucional que mitiga a manipulação oportunista. Curiosamente, a variável 'PartEsq' (partido de esquerda) apresentou coeficiente negativo e significativo para o gasto social agregado, indicando uma dinâmica partidária local distinta que merece aprofundamento. No segundo bloco de modelos, o impacto dos gastos sociais sobre o IFDM, não foi estatisticamente significativo, sugerindo que o volume de gastos não se traduz diretamente em variações mensuráveis do IFDM no curto prazo. No tocante as variáveis relacionadas ao ciclo político, somente a variável 'PosEleit' (ano pós-eleitoral) foi consistentemente associada a uma redução estatisticamente significativa no IFDM. Isso sugere que o período pós-eleitoral pode gerar redução de despesas sociais impactando negativamente o desenvolvimento. Além disso, o alinhamento político do prefeito com o governo estadual ('Gov') revelou um efeito negativo e significativo no IFDM, desafiando a premissa usual de que tal alinhamento facilitaria o avanço dos

indicadores locais, apontando para complexidades inerentes às relações intergovernamentais na região. O estudo, em sua fase atual, destaca que, embora as hipóteses clássicas de ciclos políticos oportunistas não tenham sido confirmadas para os gastos sociais no Norte Fluminense, a análise revela padrões políticos distintos que afetam diretamente o desenvolvimento municipal, oferecendo novas perspectivas para a compreensão da economia política local.

Classificação/natureza: pesquisa

Referências

ALESINA, A. Macroeconomic policy in a two-party system as a repeated game. **Quarterly Journal of Economics**, v. 102, p. 651–678, 1987.

GÁMEZ, C.; IBARRA-YÚÑEZ, A. El ciclo político oportunista y el gasto de los estados mexicanos. **Gestión y Política Pública**, v. 18, n. 1, p. 39–65, 2009.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA (IPEA). Ipeadata. Brasília: Ipea, [2025]. Disponível em: <https://www.ipeadata.gov.br/Default.aspx>. Acesso em: 14 jul. 2025.

KALECKI, Michał. **Political aspects of full employment**. *Political Quarterly*, v. 14, p. 322–331, 1943.

LÓPEZ, M. G.; RODRÍGUEZ, A. V. Ciclos políticos y agregados macroeconómicos: un análisis para el caso colombiano (1970–2005). **Perfil de Coyuntura Económica**, v. 12, p. 137–158, 2008.

MACHADO, Daiane et al. **Evidências de ciclos políticos oportunistas e partidários**. *Revista Brasileira de Políticas Públicas*, 2022.

NORDHAUS, W. D. The political business cycle. **Review of Economic Studies**, v. 42, p. 169–190, 1975.

ROGOFF, K.; SIBERT, A. Elections and macroeconomic policy cycles. **The Review of Economic Studies**, v. 55, n. 1, p. 1–16, 1988.

SAKURAI, Sérgio Nogueira. **Ciclos políticos nas funções orçamentárias dos municípios brasileiros: uma análise para o período 1990–2005 via dados em painel**. *Estudos Econômicos*, v. 39, n. 1, p. 39–58, 2009.

SILVA, S. L. P. da; FARONI, W. Ciclos político orçamentários: um estudo para os municípios do estado de Minas Gerais – 2000/2008. *Sinergia*, v. 14, n. 1, p. 9–20, 2010.

TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL (TSE). Resultado da eleição – SIG Eleição Resultados. Brasília: TSE, [2025]. Disponível em: <https://sig.tse.jus.br/ords/dwapr/r/seai/sig-eleicao-resultados/resultado-da-elei%C3%A7%C3%A3o?session=209343045679416>. Acesso em: 14 jul. 2025.

VEIGA, L. G.; VEIGA, F. J. Political business cycles at the municipal level. **Public Choice**, v. 131, n. 1–2, p. 45–64, 2007.

IFRS 9 e a qualidade dos lucros em bancos brasileiros: investigando a efetividade pós-implementação

Leonardo Freire Dias¹; Rafael D. Santos Reis Camel² Simone Manhães Arêas Mérida³

Após a crise financeira de 2008, a contabilidade bancária global passou por reformas, com o International Financial Reporting Standard 9 (IFRS 9), implementado no Brasil pela Resolução CMN nº 4.966/2021, que substituiu a Resolução CMN nº 2.682/1999 e o modelo de perdas incorridas (IAS 39) pelo de perdas esperadas (Expected Credit Loss - ECL). O objetivo foi fortalecer a prudência e a transparência, antecipando o reconhecimento de riscos. Contudo, o maior julgamento gerencial inerente ao ECL levantou questões sobre o potencial de discricionariedade e o impacto na qualidade dos lucros. Este estudo visa preencher uma lacuna sobre a efetividade da IFRS 9 em alterar significativamente a qualidade dos lucros. Enquanto a expectativa inicial apontava para um aumento substancial nas provisões, o que, por consequência, traria uma maior previsibilidade com relação às perdas, gerando assim um impacto na qualidade dos lucros, estudos empíricos mostram resultados heterogêneos. A pesquisa é relevante por investigar se as mudanças regulatórias, desenhadas para estabilidade, de fato alteraram o comportamento e os resultados contábeis no concentrado sistema financeiro brasileiro. Este estudo fundamenta-se na teoria da moeda endógena (Keynes, 1936; Minsky, 1986; Moore, 1988), que vê bancos como agentes ativos, nos quais cada ação gera um impacto significativo na economia; logo, o melhor detalhamento na qualidade dos lucros pode ter efeitos no setor bancário que poderão influenciar a economia como um todo. Normas como a IFRS 9, ao afetarem a forma como o provisionamento é estruturado, podem ter impactos macroeconômicos. A literatura pré-IFRS 9 (Dantas et al., 2017) previu que a norma aumentaria perdas e impactaria lucros, mas estudos posteriores atenuaram essa visão. Internacionalmente, Cinegaglia (2019) observou que a IFRS 9 não exacerbou o gerenciamento de lucros. No Brasil, Dantas et al. (2023) confirmaram o aumento de provisões em relação ao IAS 39, mas sem relevância estatística frente ao Brazilian Generally Accepted Accounting Principles (BRGAAP), sugerindo um “efeito âncora”. Rocha et al. (2023) notaram piora geral na qualidade dos accruals pós-2017, mas melhora informacional

¹ Graduando em Ciências Econômicas, Departamento de Ciências Econômicas de Campos, Campos dos Goytacazes, Rio de Janeiro, Brasil. E-mail: leonardofreire@id.uff.br.

² Graduando em Ciências Econômicas, Departamento de Ciências Econômicas de Campos, Campos dos Goytacazes, Rio de Janeiro, Brasil. E-mail: rafaelcamel@id.uff.br.

³ Professora Adjunta, Departamento de Ciências Econômicas de Campos, Campos dos Goytacazes, Rio de Janeiro, Brasil. E-mail: smareas@id.uff.br.

para instrumentos especificamente regidos pela IFRS 9. O objetivo principal deste estudo quantitativo, comparativo e descritivo-explicativo é analisar o impacto da IFRS 9 na qualidade dos lucros dos bancos brasileiros de capital aberto. Para tanto, utiliza-se econometria de dados em painel, o que permite a comparação pré e pós-norma em múltiplos bancos ao longo do tempo e o controle de características não observadas. Dados de demonstrações financeiras, balanço de pagamentos e fluxo de caixa (obtidos na B3) serão coletados para os períodos de 2016 (pré-IFRS 9) e 2019 (pós-IFRS 9). A amostra inicial inclui os maiores bancos de capital aberto no Brasil: Itaú Unibanco, Bradesco e Santander, isso porque, junto à Caixa Econômica e ao Banco do Brasil, representam 80% do mercado bancário brasileiro. As variáveis principais englobam Qualidade dos Lucros/Lucratividade (via ROE e accruals), uma IFRS9_Dummy, Provisões para Perdas, Volume da Carteira de Crédito, e variáveis de controle, tais como fatores macroeconômicos e características bancárias. Observações preliminares dos três bancos, entre 2017 e 2018, mostraram diferenças de porte e tendências anuais. Isso porque o Itaú apresentou um resultado oposto ao esperado na análise do ativo circulante ($\Delta CAit$), com melhora no resultado de 2017 para 2018. O mesmo ocorreu com o Bradesco, sendo o Santander o único banco a registrar queda no ativo circulante, o que pode ser um indicativo de melhora na qualidade dos lucros, mas que, isoladamente, não permite inferências robustas ou generalizações. Com base na revisão de literatura e no contexto regulatório brasileiro, a principal hipótese deste estudo é de que a IFRS 9 não terá impacto estatisticamente significativo na qualidade dos lucros dos bancos brasileiros no curto prazo pós-implementação. Esta expectativa baseia-se em achados da literatura que indicam um possível “efeito âncora” do modelo prudencial BRGAAP já existente e a não exacerbação do gerenciamento de lucros pela IFRS 9 (Dantas et al., 2023; Cinegaglia, 2019), o que contrasta com previsões iniciais. Apesar disso, estudos (Rocha et al., 2023) sugerem que, para ativos financeiros específicos, a qualidade informacional pode ter melhorado. A implicação é que a IFRS 9 pode não alterar dramaticamente a gestão de lucros em sistemas bancários já altamente regulados. As próximas etapas da pesquisa incluem ampliar a amostra de instituições e o período de análise para consolidar as evidências e entender os efeitos de um prazo mais alongado.

Classificação/natureza: pesquisa

Referências

CINEGAGLIA, G. **Gerenciamento de resultados no setor bancário: uma análise internacional nos períodos de crises financeiras e suas consequências**. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2019.

DANTAS, J. A. et al. Perdas em Crédito nos Bancos Brasileiros: Modelos de Perdas Esperadas e de Perdas Incorridas e Impactos da IFRS 9. **Revista Contabilidade & Finanças**, São Paulo, v. 28, n. 75, p. 385-399, set./dez. 2017.

DANTAS, J. A. et al. Impactos do modelo de perdas esperadas da IFRS 9 nos bancos brasileiros: ocorreu o previsto? **Revista Contabilidade & Finanças**, São Paulo, v. 34, n. 91, p. e23103, jan./abr. 2023.

KEYNES, J. M. **A Teoria Geral do Emprego, do Juro e da Moeda**. São Paulo: Atlas, 1936.

MINSKY, H. P. **Stabilizing an Unstable Economy**. New Haven: Yale University Press, 1986.

MOORE, B. J. **Horizontalists and Verticalists: The Macroeconomics of Credit Money**. Cambridge: Cambridge University Press, 1988.

ROCHA, M. S.; MENDES, S. M. L.; BORGES, A. L. Efeitos da Norma IFRS 9 na Qualidade dos Lucros de Empresas Brasileiras de Capital Aberto Listadas na B3. **Revista Contabilidade & Finanças**, São Paulo, v. 34, n. 92, p. e23249, maio/ago. 2023.

Índice multicritério de ociosidade (IMO): uma abordagem teórico-metodológica para Campos dos Goytacazes

**Henrique Fraga Carvalho¹, José Eduardo Manhães da Silva², Simone Manhães
Arêas Mérida³**

A ociosidade urbana no Brasil configura-se como um fenômeno complexo, marcado pela subutilização de imóveis e terrenos em áreas centrais e consolidadas, ao passo que coexiste com uma acentuada carência habitacional e uma expansão periférica desordenada. Essa intrínseca contradição, característica do modelo de urbanização nacional, não só gera ineficiência territorial e aprofunda desigualdades socioespaciais, mas também compromete a sustentabilidade e a vitalidade dos centros urbanos, conforme elucidado por Sousa e Fonseca (2022). As causas dessa ociosidade no contexto brasileiro são múltiplas e interligadas. Entre os principais fatores que contribuem para esse cenário, destacam-se a especulação imobiliária, prática que frequentemente retém imóveis desocupados na expectativa de valorização, a ineficácia das políticas públicas para a requalificação de áreas degradadas, e a omissão institucional na aplicação dos instrumentos previstos pelo Estatuto da Cidade. A rigidez da legislação urbanística, a desvalorização dos centros históricos e a falta de estímulos para a permanência de usos residenciais e comerciais em áreas já bem servidas de infraestrutura agravam o problema (Balbim e Campagner, 2022; Brajato e Royer, 2023). O abandono institucional, aliado ao desinteresse de proprietários e à migração de investimentos para áreas periféricas, contribui para o esvaziamento das regiões centrais, gerando altos custos econômicos, sociais e ambientais para as cidades (Moura e Coura, 2024). Nesse contexto mais amplo, a ociosidade comercial emerge como um fenômeno de relevância crescente, com impactos diretos na vitalidade do comércio de rua, na arrecadação municipal, que sofre com a perda de impostos, e na própria identidade cultural e econômica das áreas centrais. Em Campos dos Goytacazes (RJ), o Centro Histórico, apesar de seu relevante acervo

¹ Graduando em Ciências Econômicas, Departamento de Ciências Econômicas de Campos, Campos dos Goytacazes, Rio de Janeiro, Brasil. E-mail: he_fraga@id.uff.br

² Professor Adjunto, Departamento de Ciências Econômicas de Campos, Campos dos Goytacazes, Rio de Janeiro, Brasil. E-mail: jmanhaes@id.uff.br

³ Professora Adjunta, Departamento de Ciências Econômicas de Campos, Campos dos Goytacazes, Rio de Janeiro, Brasil. E-mail: smareas@id.uff.br

arquitetônico e importância simbólica, enfrenta um esvaziamento gradual de suas funções comerciais. Este processo decorre de fatores como a concorrência do comércio eletrônico, que tem alterado os padrões de consumo, e a necessidade de modernização da infraestrutura e dos serviços para atender às novas demandas do mercado. Para compreender essa ociosidade de imóveis comerciais, este estudo se fundamenta na Teoria da Oferta e Demanda (Marshall, 1890). Esta postula que a interação entre oferta (disponibilidade de espaços para locação ou venda) e demanda (influenciada por fatores econômicos, sociais e tecnológicos) determina os preços e a quantidade de bens e serviços. Um desequilíbrio, especialmente quando a oferta excede a demanda, pode resultar em imóveis desocupados. A intensificação do comércio eletrônico, cuja adaptabilidade dos mercados era enfatizada desde Smith (1776), alterou a demanda por espaços físicos. A conveniência de compras online tende a alterar a frequência a lojas físicas, o que pode contribuir para a ociosidade dos imóveis comerciais em centros históricos, e exigindo que a análise dos imóveis considere essas transformações. Embora a Teoria da Competição Perfeita (Stigler, 1957) sugira ajustes rápidos, o mercado imobiliário comercial enfrenta rigidez de preços, custos de transação e barreiras regulatórias que impedem essa agilidade, resultando em ociosidade prolongada. Assim, a criação de um índice de ociosidade revela-se uma ferramenta útil para identificar desequilíbrios de mercado e subsidiar políticas públicas que incentivem a adaptação do setor imobiliário às novas realidades econômicas, promovendo desenvolvimento regional sustentável. Diante da complexidade a compreensão da ociosidade e o desenho de estratégias eficazes para a revitalização urbana demandam instrumentos de diagnóstico precisos, multidimensionais e aplicáveis ao contexto local. Neste cenário, evidencia-se a necessidade de mapear essa ociosidade em Campos dos Goytacazes e desenvolver um Índice Multicritério de Ociosidade (IMO). Esse IMO se configurará como uma ferramenta estratégica, concebida para auxiliar gestores públicos e investidores na tomada de decisões. Por meio dele, será possível direcionar esforços para revitalizar o comércio, gerar novos negócios e impulsionar o desenvolvimento socioeconômico da região. O índice será estruturado a partir de uma combinação de variáveis quantitativas e qualitativas. Dentre as variáveis consideradas, destacam-se o status de abastecimento de água e energia dos imóveis, registros de abandono, dívida ativa de Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU), registros de denúncias de focos de dengue nas proximidades,

bem como a percepção de segurança e as condições gerais de uso dos imóveis. Conforme argumentam Brajato e Royer (2023), o uso de um índice multicritério representa uma estratégia para identificar a ociosidade, pois permite aproximar-se desse fenômeno de forma indireta e sistematizada, ao mesmo tempo em que otimiza recursos, fornece subsídios robustos para políticas públicas e orienta ações práticas em campo. O enfoque multicritério é particularmente vantajoso por integrar diferentes dimensões do problema, reunindo variáveis de natureza física, econômica e social, e ponderando-as de acordo com sua relevância específica para o contexto local de Campos dos Goytacazes. Neste estudo, pretende-se expor de forma sintética o contexto da ociosidade comercial no Centro Histórico de Campos dos Goytacazes, detalhar a proposta metodológica do Índice Multicritério de Ociosidade (IMO) e discutir suas potenciais aplicações para subsidiar políticas públicas e estratégias de revitalização urbana, destacando a relevância do estudo para o desenvolvimento socioeconômico local.

Classificação/natureza: Pesquisa

Referências

BALBIM, R.; CAMPAGNER, A. Desenvolvimento urbano, o uso de instrumentos adaptados: o caso das operações urbanas em São Paulo. **Cadernos Metrópole**, São Paulo, v. 24, n. 53, p. 351-376, 2022.

BRAJATO, Dânia; ROYER, Luciana (org.). **Ociosidade imobiliária: metodologia de identificação e reflexões sobre a aplicação do PEUC em São Paulo**. São Paulo: FAUUSP, 2023. (Coleção Caramelo).

MARSHALL, A. **Principles of Economics**, 1890. Disponível em: <https://oll.libertyfund.org/titles/marshall-principles-of-economics-8th-ed>. Acesso em 07 de dez. de 2024.

MOURA, Renata Helena Paganoto; COURA, Alexandre de Castro. As ocupações de imóveis urbanos abandonados como processo de luta pelo direito humano à moradia. **Revista Eletrônica Direito e Sociedade**, Canoas, v. 12, n. 1, p. 01–21, mar. 2024.

SMITH, A. **An Inquiry into the Nature and Causes of the Wealth of Nations**, 1776. Disponível em: <https://2024.sci->

hub.se/6554/e23d6787d11c3e9689e8eda133c227d8/hutchison1976.pdf. Acesso em 07 de dezembro de 2024.

SOUSA, Sabrina Bezerra de; FONSECA, Paulo Henriques da. Análise do impacto socioambiental dos imóveis abandonados. **Revista Interdisciplinar e do Meio Ambiente**, v. 4, n. 1, 2022.

STIGLER, G. J. Perfect Competition, Historically Contemplated. **Journal of Political Economy**, 1957.

Para além das externalidades ambientais: as externalidades sociais positivas do setor sucroenergético

Henrique Fraga Carvalho¹, Marlon Gomes Lima², Luiz Gustavo Antonio de Souza³

O presente trabalho propõe uma análise comparativa entre os setores de etanol e petróleo no Brasil, com foco nas externalidades sociais positivas associadas à cadeia produtiva do etanol. A pesquisa parte da hipótese de que, embora apresente remuneração média inferior à do setor petrolífero, o setor sucroenergético gera efeitos mais amplos sobre emprego, distribuição de renda e desenvolvimento regional. A relevância dessa análise se insere no contexto da transição energética, na qual a busca por alternativas renováveis precisa ser acompanhada de estratégias que ampliem benefícios socioeconômicos de forma territorialmente equilibrada. Historicamente, a produção de etanol a partir da cana-de-açúcar consolidou-se como um dos pilares da matriz energética renovável brasileira, com origem no Programa Nacional do Alcool (Pró-Alcool) na década de 1970. Além de vantagens ambientais amplamente reconhecidas, como a significativa redução de emissões de gases de efeito estufa em relação aos combustíveis fósseis e até 90% menos emissões de CO₂ quando comparado à gasolina, levando em conta todo ciclo produtivo do etanol (Chiappini, 2020), o setor apresenta elevada intensidade de uso de mão de obra e forte encadeamento produtivo com outras atividades econômicas (Moraes et al., 2010). Esses fatores conferem ao etanol um papel estratégico não apenas como vetor de sustentabilidade ambiental, mas também como indutor de inclusão social e dinamismo econômico regional. A análise teórica apoia-se, entre outros, nos conceitos de encadeamentos para trás e para frente (Hirschman, 1958), que descrevem, respectivamente, a capacidade de um setor de impulsionar seus

¹ Graduando em Ciências Econômicas, Departamento de Ciências Econômicas de Campos, Campos dos Goytacazes, Rio de Janeiro, Brasil. E-mail: he_fraga@id.uff.br

² Graduando em Ciências Econômicas, Departamento de Ciências Econômicas de Campos, Campos dos Goytacazes, Rio de Janeiro, Brasil. E-mail: marlon_lima@id.uff.br

³ Professor Adjunto, Departamento de Ciências Econômicas de Campos, Campos dos Goytacazes, Rio de Janeiro, Brasil. E-mail: lgasouza@id.uff.br

fornecedores e de fornecer insumos para outras atividades. No caso do etanol, os encadeamentos para trás incluem a demanda por insumos agrícolas, serviços de transporte e manutenção; já os para frente abrangem o fornecimento de biocombustível ao setor de transportes e de bioeletricidade ao setor elétrico. Esse perfil contrasta com o do setor petrolífero, que, apesar de apresentar encadeamentos significativos, opera com alta intensidade de capital e concentração geográfica, limitando a difusão regional dos efeitos positivos. A produção de etanol está presente em centenas de municípios de diferentes portes, especialmente no interior das regiões Sudeste, Centro-Oeste e Nordeste, gerando impactos distribuídos no comércio local, na prestação de serviços e na infraestrutura. Em contraposição, a indústria do petróleo concentra-se em poucos pólos, como as bacias de Campos e Santos, restringindo a abrangência de seus benefícios econômicos. Moraes et al., (2010) apresentam um estudo comparativo indicando que, no ano de 2008, a cadeia do etanol gerou aproximadamente 495 mil empregos diretos, contra cerca de 90 mil do setor petrolífero. Além da maior absorção de mão de obra, a forte inserção regional permite ao Estado articular estratégias de desenvolvimento mais coerentes, promovendo a descentralização do crescimento econômico e redução das desigualdades espaciais. Ferramentas como o Quociente Locacional (QL) serão utilizadas nesta pesquisa para mensurar o grau de especialização regional de cada setor, permitindo identificar vocações produtivas e mapear a capilaridade territorial das atividades. A metodologia proposta combina revisão de literatura, análise de dados da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS) e da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), estimação de uma equação de rendimentos e cálculo do QL. A equação de rendimentos busca explicar variações nos salários conforme características individuais e setoriais, possibilitando comparações entre os segmentos de cana-de-açúcar, etanol, petróleo e derivados. Já o QL permitirá avaliar onde cada atividade apresenta maior concentração relativa de empregos, servindo como indicador da sua inserção territorial. Espera-se que os resultados confirmem que, apesar da renda média mais elevada no setor petrolífero, a distribuição dos ganhos no setor de etanol é mais inclusiva e territorialmente capilarizada. Além disso, é provável que o QL revele uma especialização regional do etanol em uma gama maior de municípios, em comparação ao petróleo, reforçando sua relevância para políticas de desenvolvimento

regional e transição energética. Esses achados podem sustentar propostas de políticas públicas voltadas à valorização de setores que conciliem sustentabilidade ambiental, inclusão social e desconcentração territorial dos benefícios econômicos. Diante desse contexto, o estudo tem como objetivo central avaliar e comparar os efeitos multiplicadores e os indicadores sociais dos setores de etanol e petróleo no Brasil, examinando de forma detalhada os níveis de emprego, renda e distribuição territorial da produção em cada um deles. Busca-se, ainda, compreender como essas diferenças estruturais se refletem na formulação de políticas públicas voltadas à transição energética e ao desenvolvimento regional, de modo a identificar estratégias capazes de conciliar sustentabilidade ambiental, inclusão social e desconcentração dos benefícios econômicos.

Classificação/natureza: pesquisa

Referências

CHIAPPINI, Gabriel. **Etanol evita emissão de 515 milhões de toneladas de CO2 desde o lançamento dos carros flex**. Eixos – Transição energética, 5 jun. 2020. Disponível em: <https://eixos.com.br/transicao-energetica/etanol-evita-emissao-de-515-milhoes-de-toneladas-de-co2-desde-o-lancamento-dos-carros-flex/>. Acesso em: 24 jul. 2025.

HIRSCHMAN, A. O. **The strategy of economic development**. New Haven: Yale University Press, 1958. Tradução em espanhol: La estrategia del desarrollo económico. México: Fondo de Cultura Económica, 1961.

MORAES, M. A. F. D.; COSTA, C. C.; GUILHOTO, J. J. M.; SOUZA, L. G. A.; OLIVEIRA, F. C. R. Externalidades sociais dos combustíveis. In: Isaias de Carvalho Macedo; Eduardo Leão de Sousa. (Org.). **Etanol e Bioeletricidade: a cana-de-açúcar no futuro da matriz energética**. 1 ed. São Paulo: União da Indústria de Cana-de-Açúcar, 2010, v. 1, p. 44-75.

Questão agrária e os diferentes tipos de reforma agrária no estado do Rio de Janeiro

Fidel Gomes Resende¹, Vanuza da Silva Pereira Ney²

O trabalho busca realizar um debate acerca dos diferentes tipos de Reforma Agrária no estado do Rio de Janeiro. Para isso, antes, utilizou-se o conceito de Martins (1999) referente à Questão Agrária, a qual é definida como a situação agrária de um recorte geográfico específico, delimitada por um período determinado. Ou seja, a Questão Agrária se trata de um cenário das relações no campo, possuindo caráter histórico e afetado por questões estruturais. Além disso, para uma compreensão adequada do texto, também se fez necessário o destaque da definição de Reforma Agrária. É importante mencionar que este trabalho é resultado do Programa de Iniciação Científica da UFF (PIBIC UFF), desenvolvido com bolsa do CNPq. Dessa maneira, a Reforma Agrária pode ser compreendida por fatores institucionais, ou seja, atuações de órgãos do Estado e de instituições governamentais que realizam modificações no campo por meio de políticas agrárias, procurando ampliar o acesso à terra (Stédile, 2020). Entretanto, o conceito também pode adquirir outros tipos de abordagem, como, por exemplo, as Reformas Agrárias realizadas por movimentos sociais e atores da sociedade civil (Resende e Pereira, 2024). Com isso, movimentos que lutam por acesso à terra se enquadram nessa categoria, já que é uma movimentação realizada “de baixo para cima”, enquanto os movimentos institucionais são realizados “de cima para baixo”. De acordo com Resende e Pereira (2024), os movimentos realizados pelo Estado e suas instituições podem ser denominados de Reforma Agrária Institucionalizada (RAI), enquanto as atuações da sociedade civil e de movimentos sociais na questão agrária podem ser definidas como Reforma Agrária Organizada Socialmente (RAOS). Essas definições possuem acentuada importância, pois, com isso, é possível entender qual é a predominância da participação desses atores políticos, ampliando a análise de uma Reforma Agrária específica, seja ela no estado

¹ Graduando em Ciências Econômicas, Departamento de Ciências Econômicas de Campos, Campos dos Goytacazes, Rio de Janeiro, Brasil. E-mail: resendefidel@id.uff.br

² Professora Associada, Departamento de Ciências Econômicas de Campos, Campos dos Goytacazes, Rio de Janeiro, Brasil. E-mail: vanuzasilva@id.uff.br.

do Rio de Janeiro ou no aspecto global. Outra forma de determinar um movimento é quando, concomitantemente, a Reforma Agrária possui elementos de atuação governamental e civil, podendo, assim, ser caracterizado como Reforma Agrária Híbrida (RAH). Dadas as definições, para melhor exegese do tema, torna-se adequada a abordagem de alguns exemplos internacionais de cada tipo de Reforma Agrária. A começar pela RAI, os exemplos mais comuns envolvem os Estados Unidos (EUA), que cedeu terras para a construção de faculdades agrícolas (Morril Land-Grant Act) no século XIX e forneceu alguns hectares de terra para as famílias (Homestead Act), a Inglaterra que intensificou o fechamento dos campos no século XVIII, privando-os dos camponeses e o Japão, que realizou Reforma Agrária com auxílio dos EUA no século XX. Já a RAOS possui como exemplo a Revolução Francesa de 1789, que teve atuação da pequena burguesia e de camponeses, a China com a Revolução de 1949 e o movimento zapatista do México com o Plano de Ayala, que buscava defender a Reforma Agrária no país. Para a compreensão da Questão Agrária do Rio de Janeiro, utilizou-se o autor Alentejano (2005), que escreveu na Revista Fluminense de Geografia a respeito do tema. O autor destaca o avanço da especulação imobiliária nos anos 50, além do aumento da concentração fundiária e do setor do turismo no estado fluminense. A Baixada Fluminense também se tornou polo de especulação nos anos 40. O estado apresentou características de RAOS nos anos 80, com luta de trabalhadores desempregados e a reorganização do MST no Rio de Janeiro. Também, a partir dos anos 50, houve participação dos Círculos Operários Católicos na luta pela terra em conjunto com o campesinato (RAOS). O estado fluminense também apresentou algumas características de RAI, como, por exemplo, nos anos 50, com o Plano de Colonização de Terras Devolutas (Plano Piloto de Ação Agrária), buscando regularizar a situação da terra para posseiros. Portanto, o estado do Rio de Janeiro pode ser compreendido como resultado de lutas de movimentos sociais e atuações do Estado, sendo possível caracterizá-lo como derivado de Reforma Agrária Híbrida (RAH). Tal definição merece destaque por compreender a complexidade da Questão Agrária Fluminense. O trabalho possui como metodologia a realização de resumos descritivos acerca do tema, pesquisa e leitura do referencial teórico e aproveitamento teórico-metodológico do conteúdo abordado na disciplina de Geografia Agrária. O objetivo geral é: entender o tipo de Reforma Agrária que se constitui no estado do Rio

de Janeiro; e os objetivos específicos são: analisar os diferentes tipos de Reforma Agrária de acordo com algumas experiências históricas, exemplificar movimentos de Reforma Agrária no estado fluminense e relacionar os tipos de Reforma Agrária abordados com os movimentos analisados no estado.

Classificação/natureza: Pesquisa.

Referências

ALENTEJANO, Paulo Roberto Rodrigues. Luta por terra e reforma agrária no Rio de Janeiro. **Revista Fluminense de Geografia**, 2005.

MARTINS, José De Souza. **Reforma Agrária: O impossível diálogo sobre a História possível**. São Paulo: Edusp, 1999.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino. **Modo de Produção Capitalista, Agricultura e Reforma Agrária**. São Paulo: FFLCH, 2007.

RESENDE, Fidel G; PEREIRA, Vanuza da Silva Ney. A atuação do Estado e a participação popular em diferentes experiências de Reforma Agrária., 2024, Campos dos Goytacazes. **Anais da XII Semana de Economia da UFF**. Campos dos Goytacazes: UFF, 2024.

STEDILE, João Pedro (org.). **Experiências históricas de reforma agrária no mundo**. Volume I. São Paulo: Expressão Popular, 2020.

PATROCÍNIO



APOIO



REALIZAÇÃO

Graduação em Ciências Econômicas (Campos)
Departamento de Ciências Econômicas de Campos
Instituto de Ciências da Sociedade e Desenvolvimento Regional
Universidade Federal Fluminense
Rua José do Patrocínio, n° 71, Centro,
Campos dos Goytacazes – RJ – CEP 28010-385



ISSN 2965-0348



9 772965 034000 >